



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA - PPGLL  
FACULDADE DE LETRAS – FALE

SIMONE NATIVIDADE SANTOS

**O DISCURSO SOBRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA E O SABER CIENTÍFICO EM  
MEIO AO NEGACIONISMO NO GOVERNO BOLSONARO**

**MACEIÓ  
2023**

**SIMONE NATIVIDADE SANTOS**

**O DISCURSO SOBRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA E O SABER CIENTÍFICO EM  
MEIO AO NEGACIONISMO NO GOVERNO BOLSONARO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura – PPGLL no âmbito da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, como exigência parcial para a obtenção do grau de Doutora em Linguística

Orientador: Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho

**MACEIÓ  
2023**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S237d Santos, Simone Natividade.  
O discurso sobre a universidade pública e o saber científico em meio ao negacionismo no governo Bolsonaro / Simone Natividade Santos. - 2023.  
100 f. : il. color.

Orientador: Helson Flávio da Silva Sobrinho.  
Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas.  
Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió,  
2023.

Bibliografia: f. 95-100.

1. Análise do discurso. 2. Universidade pública. 3. Saber científico. 4.  
Discurso negacionista. I. Título.

CDU: 81'322.5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA E LITERATURA



## TERMO DE APROVAÇÃO

**SIMONE NATIVIDADE SANTOS**

Título do trabalho: “O DISCURSO SOBRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA E O SABER CIENTÍFICO EM MEIO AO NEGACIONISMO NO GOVERNO BOLSONARO”

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTOR em LINGÜÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Documento assinado digitalmente  
 HELSON FLAVIO DA SILVA SOBRINHO  
Data: 10/03/2023 09:02:05-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Documento assinado digitalmente  
 PATRICIA CRISTINA BRASIL MASSMANN  
Data: 18/02/2023 05:51:37-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Profa. Dra. Patrícia Cristina Brasil Massmann (UNI

Documento assinado digitalmente  
 ANA PAULA SANTOS DE OLIVEIRA  
Data: 18/02/2023 13:14:23-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Profa. Dra. Ana Paula Santos de Oliveira (IFRR)

Documento assinado digitalmente  
 MARIA DO SOCORRO AGUIAR DE OLIVEIRA  
Data: 14/02/2023 09:56:24-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (PPGLL/Ufal)

Documento assinado digitalmente  
 JULIANA TEREZA DE SOUZA LIMA ARAUJO  
Data: 22/02/2023 22:08:29-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Profa. Dra. Juliana Tereza de Souza Lima Araújo (PPGLL/Ufal)

Maceió, 30 de janeiro de 2023.

**IN MEMORIAN**

Avôs paternos José Antônio dos Santos e Maria Antônia dos Santos

Avós maternos José Vicente Costa e Maria Natividade Costa

## AGRADECIMENTOS

Desde pequena fui uma criança curiosa, dedicada e empolgada com os estudos. Sou filha da escola pública e com todos os percalços existentes na educação brasileira eu concluí o ensino fundamental I e II, Ensino Médio e o sonho em entrar numa universidade foi meu próximo objetivo. Nasci e cresci em São Paulo morei por lá por vinte anos, sou filha de nordestinos alagoanos, eles quiseram regressar à Alagoas e eu vim junto com o sonho do ensino superior. Eu entrei no curso de Letras da Faculdade de letras – FALE/UFAL passei por alegrias e dificuldades com minha saúde ao ponto de quase abandonar o curso. Desde o 2º ano de Letras, no PIBIC do Programa de Estudos Linguísticos - PRELIN eu já tinha como meta ingressar um dia no mestrado e doutorado. Em 2009, 2010 e 2011 veio o próximo desafio, o mestrado em educação. Foi um processo árduo entrar no mestrado, mas quando consegui aproveitei cada segundo, não era o sonho de apenas ter um título era mais que isso era uma realização pessoal representada por uma trajetória educacional de muitos obstáculos. Posteriormente veio o doutorado fiz diversas seleções em Maceió (UFAL) e São Paulo (USP e UFSCAR) e consegui entrar no PPGLL/UFAL. Hoje me vejo terminando um doutorado, quando olho para trás vem um filme na minha cabeça de muita luta, resiliência e persistência, às vezes me surpreendo e não sei de onde tirei coragem para enfrentar esse percurso educacional- acadêmico.

Agradeço primeiramente a (Deus) que me forneceu a fé necessária para ultrapassar todos os desafios que surgiram neste processo. Ele foi meu alicerce, minha base para passar na seleção, cursar o doutorado e concluí-lo.

Agradeço aos meus pais Zito Temóteo dos Santos e Marili Natividade Santos que me apoiaram com muito zelo e compreensão.

Agradeço aos meus irmãos Zito Temóteo Natividade Santos e Silene Natividade Santos que me apoiaram em momentos importantes da escrita da tese.

Agradeço a primos e primas, tios e tias pelo reconhecimento e torcida.

Agradeço ao meu orientador Helson Flávio da Silva Sobrinho, meu exemplo de profissional, pesquisador e ser humano. No doutorado me ajudou incansavelmente com conteúdos envolvendo minha pesquisa, num doutorado que ocorreu durante uma pandemia mundial e ataques governamentais ferrenhos, ele me deu muita força quando precisei. A você meu muito obrigada!

Agradeço a banca de professores internos Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante, Juliana Thereza de Lima Araújo e a suplente Belmira Magalhães, docentes que ganharam o meu respeito e admiração. Obrigada pelo olhar cuidadoso sobre minha tese.

Agradeço a banca externa Ana Paula Santos de Oliveira, Patricia Massmann e a e a suplente Ana Luiza Fireman que trarão ótimas contribuições para a defesa de doutorado.

Agradeço a alguns professores da Faculdade de Letras – FALE, a Cristina Felipeto, Inez Matoso, Lúcia de Fátima, Rita Zozzoli, Rita Souto Maior, Izabel Brandão, Maria Auxiliadora Cavalcante, Denilda Moura, Núbia Baker Faria, obrigada por todas as contribuições na minha formação.

Agradeço aos amigos e amigas Reinaldo Batista, Diego Lacerda, Dorival Freire, Fabiana Costa, Katiúcia Carvalho, Ericka de Oliveira, Viviany Alves, Carolina Brum, Ana Luzia Marques, Rosane Correia, Aline Nomeriano, Sandra Araújo, Antônio Jacques, Geórgia Sobreira Cêa, Walter Matias, Sandra Regina Paz, Valéria Cavalcante, Renata Gicelly, Patricia Massa, Luciana da Silva Santos, Marcelo Sibaldo, Rafael Lima, Adeilson Sedrins obrigada pela amizade e apoio em inúmeros momentos.

Um agradecimento especial para Adailton Cortez e Fabiana Brito que faz parte do círculo dos três mosqueteiros. Amigos desde o mestrado e que torceram por mim desde o início do processo seletivo do doutorado até sua conclusão. Obrigada pelo apoio constante.

Meu agradecimento especial a Marcos Lima, uma pessoa que admiro muito e que reacendeu em mim meu lado espiritual e fez eu acreditar mais no meu potencial, obrigada por todo apoio.

Agradeço a CAPES, órgão de fomento que financiou a minha pesquisa, sem este financiamento seria muito difícil executar essa pesquisa.

"Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino [...]. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade".(FREIRE, 1997, p. 16)

## RESUMO

Esta tese analisa o funcionamento do discurso dos ministros da educação sobre a universidade e o saber científico durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Utilizamos, para tanto, a perspectiva teórico metodológica da Análise do Discurso materialista, dialogando com os trabalhos pioneiros de Pêcheux (1969, 1997, 1999, 2012, 2014) e Orlandi (2007, 2012, 2014), entre outros autores. O *corpus* da pesquisa é constituído de 23 (vinte e três) sequências discursivas extraídas da fala dos ministros da educação: Ricardo Vélez Rodríguez (01/01/2019 a 08/04/2019), Abraham Weintraub (08/04/2019 a 19/06/2020), Carlos Decotelli (25/06/2020 a 30/06/2020), Milton Ribeiro (16/07/2020 a 28/03/2022), Victor Godoy Veiga (18/04/2022 a 31/12/2022) retiradas das seguintes fontes: Site oficial do Governo Federal, revista *Veja*, *Jornal Folha de São Paulo* e rede social *Twitter*. A pesquisa mostrou que o governo Bolsonaro, representado por seus cinco porta-vozes, os ministros da educação em seus mandatos, se filia ao discurso anticientífico que não tem a menor pretensão de defender uma educação superior, pública e de qualidade. Predominou dizeres que enfatizavam que a classe trabalhadora deveria ocupar outros espaços como o ensino profissionalizante e que a universidade deveria ser elitizada e entregue a classe burguesa. Observa-se também que apesar do presidente Jair Bolsonaro ter substituído seus ministros com certa frequência, todos se inscrevem em uma certa unidade, pois defenderam em seus dizeres a restrição da universidade para poucos, aquilo que a classe dominante sempre desejou. Com isso, nota-se que este governo dá continuidade aos desmontes iniciados no Pós-Golpe de 2016, em que diversos direitos foram derrubados, sucateando cada vez mais a educação pública no Brasil. Em nosso gesto de interpretação, vimos também que o discurso negacionista atuou no funcionamento do discurso sobre a universidade, sobretudo durante a pandemia do coronavírus (Covid-19), quando a ciência foi duramente rechaçada pelo governo Bolsonaro. Como considerações finais constatamos que este governo privilegiou retrocessos nas políticas educacionais, atacou de forma veemente o ensino superior e a ciência. Através dos discursos dos cinco ministros da educação, levantou como bandeira o discurso negacionista. Este governo foi atravessado por incoerências, anacronismos e políticas neoliberais que esfacelaram direitos, no caso em estudo, direito à educação superior, pública e de qualidade.

**Palavras-chave:** Discurso. Universidade pública. Negacionismo. Ciência. Governo Bolsonaro.

## ABSTRACT

This thesis analyzes the functioning of the discourse of the ministers of education on the university and scientific knowledge during the government of Jair Bolsonaro (2019-2022). For this purpose, we use the theoretical and methodological perspective of Materialist Discourse Analysis, dialoguing with the pioneering works of Pêcheux (1969, 1997, 1999, 2012, 2014) and Orlandi (2007, 2012, 2014), among other authors. The corpus of the research consists of 23 (twenty-three) discursive sequences extracted from the speech of the ministers of education: Ricardo Vélez Rodríguez (01/01/2019 to 04/08/2019), Abraham Weintraub (04/08/2019 to 19/06/2020), Carlos Decotelli (25/06/2020 to 30/06/2020), Milton Ribeiro (16/07/2020 to 28/03/2022), Victor Godoy Veiga (18/04/2022 to 31/12/2022) taken from the following sources: Official website of the Federal Government, *Veja* magazine, *Folha de São Paulo* newspaper and the social network Twitter. The research showed that the Bolsonaro government, represented by its five spokespersons, the ministers of education in their mandates, joins the anti-scientific discourse that does not have the slightest pretense of defending higher, public and quality education. Words predominated that emphasized that the working class should occupy other spaces such as vocational education and that the university should be elitist and handed over to the bourgeois class. It is also observed that although President Jair Bolsonaro replaced his ministers with a certain frequency, they all subscribed to a certain unit, as they defended in their words the restriction of the university to the few, which the ruling class always wanted. With this, it is noted that this government continues the dismantling started in the Post-Coup of 2016, in which several rights were overthrown, increasingly scrapping public education in Brazil. In our interpretation gesture, we also saw that the denialist discourse acted in the functioning of the discourse about the university, especially during the coronavirus (Covid-19) pandemic, when science was strongly rejected by the Bolsonaro government. As final considerations, we found that this government favored setbacks in educational policies, vehemently attacked higher education and science. Through the speeches of the five ministers of education, he raised the denialist discourse as a flag. This government was crossed by inconsistencies, anachronisms and neoliberal policies that shattered rights, in the case under study, the right to higher, public and quality education.

**Keywords:** Discourse. Public university. Denialism. Science. Bolsonaro government.

## RESUMEN

Esta tesis analiza el funcionamiento del discurso de los ministros de educación sobre la universidad y el conocimiento científico durante el gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2022). Para ello, utilizamos la perspectiva teórica y metodológica del Análisis Materialista del Discurso, dialogando con los trabajos pioneros de Pêcheux (1969, 1997, 1999, 2012, 2014) y Orlandi (2007, 2012, 2014), entre otros autores. El corpus de la investigación consta de 23 (veintitrés) secuencias discursivas extraídas del discurso de los ministros de educación: Ricardo Vélez Rodríguez (01/01/2019 al 08/04/2019), Abraham Weintraub (08/04/2019 al 19/06/2020), Carlos Decotelli (25/06/2020 al 30/06/2020), Milton Ribeiro (16/07/2020 al 28/03/2022), Victor Godoy Veiga (18/04/2022 al 31/12/2022) tomado de las siguientes fuentes: Sitio web oficial del Gobierno Federal, Revista Veja, Diario Folha de São Paulo y la red social Twitter. La investigación mostró que el gobierno de Bolsonaro, representado por sus cinco voceros, los ministros de educación en sus mandatos, se suma al discurso anticientífico que no tiene la menor pretensión de defender la educación superior, pública y de calidad. Predominaron palabras que enfatizaban que la clase obrera debía ocupar otros espacios como la formación profesional y que la universidad debía ser elitista y entregada a la clase burguesa. También se observa que si bien el presidente Jair Bolsonaro reemplazó a sus ministros con cierta frecuencia, todos suscribieron cierta unidad, pues defendieron en sus palabras la restricción de la universidad a unos pocos, que siempre quiso la clase dominante. Con esto, se advierte que este gobierno continúa el desmantelamiento iniciado en el Post-Golpe de 2016, en el que se derrocaron varios derechos, desmantelando cada vez más la educación pública en Brasil. En nuestro gesto de interpretación, también vimos que el discurso negacionista actuó en el funcionamiento del discurso sobre la universidad, especialmente durante la pandemia del coronavirus (Covid-19), cuando la ciencia fue fuertemente rechazada por el gobierno de Bolsonaro. Como consideraciones finales, encontramos que este gobierno favoreció los retrocesos en las políticas educativas, atacó con vehemencia a la educación superior ya la ciencia. A través de los discursos de los cinco ministros de educación, enarbó como bandera el discurso negacionista. Este gobierno estuvo atravesado por inconsistencias, anacronismos y políticas neoliberales que destrozaron derechos, en el caso en estudio, el derecho a la educación superior, pública y de calidad.

**Palabras clave:** Discurso. Universidad pública. Negacionismo. Ciencias. Gobierno de Bolsonaro.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> .....	<b>52</b>
<b>Figura 2</b> .....	<b>80</b>
<b>Figura 3</b> .....	<b>81</b>
<b>Figura 4</b> .....	<b>83</b>
<b>Figura 5</b> .....	<b>84</b>
<b>Figura 6</b> .....	<b>86</b>
<b>Figura 7</b> .....	<b>87</b>
<b>Figura 8</b> .....	<b>88</b>
<b>Figura 9</b> .....	<b>89</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO - ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE COLETIVA

AD - ANÁLISE DO DISCURSO

AAD- 69 – ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO

APM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CLT - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CNS - CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

CP'S – CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

COVID – 19 – CORONAVÍRUS

CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

ENEM - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

EUA – ESTADOS UNIDOS

FDS – FORMAÇÕES DISCURSIVAS

FGTS - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

FI – FORMAÇÃO IDEOLÓGICA FIES - FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

GEDON – GRUPO DE ESTUDOS DISCURSO E ONTOLOGIA

IES – INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR

IFES - INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO

MDB - MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

PEC - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PF- POLÍCIA FEDERAL

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PJU – PROJovem URBANO

PPGLL- PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA

PRONATEC - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

PROUNI - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

REUNI - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

SBPC - SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SVS - SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

UFPEL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

UNB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNE - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

USAID - UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 A UNIVERSIDADE E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO</b> .....	<b>21</b>
<b>2.1 Ciência, Sociedade e produção do conhecimento</b> .....	<b>21</b>
<b>2.2 O irracionalismo e negacionismo científico no governo Bolsonaro</b> .....	<b>26</b>
<b>2.3 Universidade na contemporaneidade e o cerceamento da liberdade</b> .....	<b>29</b>
<b>3 ANÁLISE DO DISCURSO E PRODUÇÃO DE SENTIDO</b> .....	<b>37</b>
<b>3.1 Análise do Discurso materialista</b> .....	<b>37</b>
<b>3.2 Discurso, sujeito e ideologia</b> .....	<b>42</b>
<b>3.3 Discurso e Condições de Produção</b> .....	<b>46</b>
<b>4 O ENSINO SUPERIOR NO DISCURSO DO GOVERNO BOLSONARO</b> .....	<b>49</b>
<b>4.1 Governo Bolsonaro: discurso, ciência e universidade</b> .....	<b>49</b>
<b>4.2 Análise das Sequências Discursivas</b> .....	<b>52</b>
<b>4.2.1 1º Ministro da Educação, Ricardo Vélez: a faxina ideológica nas universidades</b> .....	<b>52</b>
<b>4.2.2 2º Ministro da educação, Abraham Weintraub: as universidades tidas como uma balbúrdia</b> .....	<b>62</b>
<b>4.2.3 3º Ministro da educação, Carlos Alberto Decotelli: falsificação na formação acadêmica</b> .....	<b>67</b>
<b>4.2.4 4º Ministro da educação, Milton Ribeiro: a universidade para poucos</b> .....	<b>69</b>
<b>4.2.6 Eleições de reitores e suas (não) nomeações</b> .....	<b>72</b>
<b>4.2.7 A crítica dos cientistas contra o discurso negacionista de Bolsonaro</b> .....	<b>73</b>
<b>5 CHARGES DA ERA BOLSONARO</b> .....	<b>78</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese foi concebida no Programa *stricto sensu* de Pós-Graduação em Linguística e Literatura – PPGLL, no âmbito da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, na linha de pesquisa: Discurso: Sujeito, História e Ideologia, a partir dos estudos desenvolvidos no Grupo de pesquisa Discurso e Ontologia – GEDON. A tese foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Nosso trabalho teve como objetivo geral analisar o discurso dos ministros da educação sobre a ciência e a universidade durante o governo de Jair Messias Bolsonaro no período de (2019-2022).

O interesse pessoal por essa temática surgiu diante dos frequentes ataques à ciência e à educação brasileira na última década, principalmente no que se refere ao Ensino Superior. Fatos como o golpe de Estado de 2016 no governo de Dilma Rousseff - PT (2011-2016); o pós-golpe com o governo Michel Temer - PMDB (2016-2019) com as reformas educacionais e trabalhistas; e também a conturbada eleição presidencial de 2018 que teve como candidato eleito Jair Bolsonaro que produziu diversos retrocessos na sociedade.

Nossa filiação teórica é a Análise de Discurso (AD) a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux (1969, 1997, 1999, 2012, 2014) e Orlandi (2007, 2012, 2014, 2017). Estes autores possibilitaram captar as pistas ideológicas, os efeitos de sentido produzidos nas sequências discursivas analisadas. Metodologicamente, o *corpus* desta pesquisa segue a abordagem qualitativa, que através da teoria supracitada analisa 23 sequências discursivas que são recortes das falas dos cinco ministros da educação retiradas do *site* oficial do Governo Federal, da revista *Veja*, da rede social *Twitter* e do jornal *Folha de São Paulo*.

É preciso dizer que realizamos a pesquisa num cenário político desolador: constantes trocas de ministros da Educação, ataques às universidades, cortes de verbas na pesquisa, intervenção na autonomia universitária e muitos projetos educacionais engavetados. A gestão Bolsonaro não trouxe avanços para a área educacional havendo apenas troca de cadeiras no ministério da educação.

O primeiro ministro da educação, Ricardo Vélez, surgiu com um discurso que atacava diretamente a maioria da população brasileira ao afirmar que a **“universidade não era para todos e sim para uma elite intelectual”** (VELÉZ, 2019). Reforçando os laços com o dualismo educacional, ou seja, universidade para um grupo seletivo e ensino profissionalizante para a

massa. Assim, o ministro mostrava ser a favor da cobrança de mensalidades nas universidades públicas, isto é, privatização do Ensino Superior. Mencionou ser contra as Políticas afirmativas/COTAS. Sugeriu a volta da disciplina Educação moral e cívica ao currículo escolar sendo que essa disciplina já vigorou durante a ditadura militar. Segundo o ministro Vélez a disciplina serviria para imprimir o civismo, o patriotismo e a ética na sociedade brasileira.

Em seguida, veio o segundo ministro da educação, Abraham Weintraub, apoiador do projeto de lei “Future-se”<sup>1</sup>. Weintraub foi um declarado seguidor de Olavo de Carvalho – jornalista, astrólogo e visto por muitos como um filósofo sendo também representante do conservadorismo no Brasil, além de ser contra autores de renome como Paulo Freire. Houve o anúncio do corte de verbas na educação e universidades gerando protestos que inflamaram o mandato de Weintraub, principalmente ao afirmar que **“as universidades que fizessem balbúrdia também teriam suas verbas cortadas”** (WEINTRAUB, 2019).

O terceiro ministro da educação foi Carlos Alberto Decotelli da Silva que teve uma série de polêmicas sobre sua formação acadêmica, tais como: um doutorado na Argentina que não foi obtido, acusação de plágio na dissertação de mestrado da Fundação Getúlio Vargas (FGV), pós-doutorado na Alemanha que não aconteceu, vínculo como professor da FGV sendo que ele era apenas um colaborador. Em menos de uma semana antes da posse, pede demissão do cargo. O presidente Bolsonaro saiu em defesa do ministro Decotelli ao afirmar que ele estava sendo atacado por causa de questões curriculares, porém disse que o ministro tinha credibilidade enquanto profissional. Bolsonaro o defendeu ao dizer que: **“Desde quando anunciei o nome do professor Decotelli para o Ministério da Educação só recebi mensagens de trabalho e honradez. Por inadequações curriculares o professor vem enfrentando todas as formas de deslegitimação para o Ministério”**. (BOLSONARO, 2021). O presidente ainda deixa claro que esse equívoco na formação de Decotelli não é nada demais e não atrapalharia a sua tão promissora agenda governamental. Por fim, faz alusão à educação inclusiva e oportunidades para todos. Segundo Bolsonaro: **“O Sr. Decotelli não pretende ser um problema para a sua pasta (governo), bem como, está ciente de seu equívoco. Todos aqueles que conviveram**

---

<sup>1</sup> O projeto Future-se surgiu no dia 16 de julho de 2019 e teve como objetivo propor que as Universidades e Institutos Federais tivessem mais “autonomia” financeira promovendo o empreendedorismo. Os professores seriam contratados via CLT (carteira assinada) e não mais por concursos públicos. A maioria das universidades rejeitou o projeto Future-se, pois o projeto levaria a perda de autonomia acadêmica porque as pesquisas seriam gestadas pelas organizações sociais – OS.

**com ele comprovam sua capacidade para construir uma Educação inclusiva e de oportunidades para todos" (BOLSONARO, 2021).**

O quarto ministro da educação, Milton Ribeiro, é pastor e advogado e foi reitor da Universidade Mackenzie, em São Paulo. O ministro chegou a afirmar que a **“universidade deveria ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade. Os institutos federais, que formam técnicos, serão a ‘grande vedete’ do futuro, ou seja, os protagonistas”** (RIBEIRO, 2021). O ministro Ribeiro também teve sua trajetória atravessada por polêmicas ao tentar criar parcerias que privilegiavam alguns pastores. Por fim o ministro pediu exoneração e posteriormente ele e os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura acabaram sendo presos pela Polícia Federal – PF, mas foram soltos em seguida. Essa investigação se deu através da operação Acesso Pago que observou os desdobramentos em relação aos favorecimentos do ministro ao desviar verbas do ministério da educação para pastores.

Em 22 de junho de 2022, após a prisão o pastor Arilton Moura disse que vai **“destruir todo mundo”** se essa situação atingir sua família. Dia 23 de junho de 2022 o desembargador Ney Bello, soltou todos os envolvidos no caso, isso aconteceu após um pedido de *habeas corpus* solicitado pela defesa do ministro Ribeiro. Escândalos como esse foram uma das marcas registradas no governo Bolsonaro em que o ministro da Educação Milton Ribeiro tenta favorecer de forma ilícita através de verba do Ministério da Educação – MEC, “amigos” pastores.

O quinto ministro da educação, Victor Godoy Veiga, foi por dois anos secretário-executivo do MEC e em abril de 2022 assumiu seu novo cargo como ministro. É graduado em Engenharia de Redes de Comunicação de Dados pela Universidade de Brasília (UNB). Tem especialização em Defesa Nacional pela Escola Superior de Guerra e especialização em Globalização, Justiça e Segurança Humana pela Escola Superior do Ministério Público. Em 30 de setembro Godoy anunciou um corte de verbas de R\$ 2,4 bilhões para universidades e Institutos Federais que afetariam a oferta de bolsas de estudos e o funcionamento normal das instituições. Posteriormente, o ministro negou os cortes e afirmou: **“Isso não é verdade. O que aconteceu foi um decreto publicado no sábado que traz um limite temporário na execução dos recursos públicos. E isso foi feito porque nosso governo tem responsabilidade fiscal. Nós não queremos que o nosso país tenha a gestão que foi feita no passado, onde o governo gastou muito mais do que era arrecadado e afundou o nosso país em dívidas”** e, continuou seu discurso dizendo: **“Então, o Ministério da Educação lamenta o uso político que está**

**sendo feito dessas informações num período tão importante para o nosso país para tentar desgastar a imagem do governo, que é sério e comprometido com os recursos dos impostos dos cidadãos brasileiros” (VEIGA, 2022).**

Como se pode perceber, o governo Bolsonaro teve ministros da educação que criaram polêmicas com propostas para beneficiar apenas a classe dominante. Diante disso, a agenda educacional nesses quatro anos de mandato se encontrou totalmente paralisada.

Já podemos notar que há um discurso recorrente que é atravessado por interesses políticos e econômicos da classe dominante. O fundamento desse discurso está nos interesses do capital, no discurso neoliberal e interesses particulares que afetam impiedosamente o ensino superior. Assim, para apresentar tal compreensão, estruturamos a tese em seis seções: a primeira seção é a presente introdução onde redigimos uma síntese de todas as seções e discutimos alguns pontos de nosso objeto de pesquisa, a saber: o discurso sobre a educação e o saber científico no governo Bolsonaro (2019-2022) a partir das falas de seus ministros da educação.

A segunda seção vai ao encontro da produção do conhecimento no campo universitário e o debate entre ciência, sociedade e universidade. Efetuamos também um debate sobre irracionalismo e negacionismo, uma das marcas principais no governo Bolsonaro que tenta mascarar as regras desse sistema econômico. Tratamos da universidade e o cerceamento da liberdade fazendo um percurso histórico da era do Partido dos Trabalhadores - PT até o período do governo Bolsonaro abordando principalmente os principais ataques de 2018 em diante. É pertinente ressaltar que o golpe de 2016 pré-pavimentou o futuro e impactou profundamente nas eleições de 2018 abrindo as portas para um governo cuja bandeira se filia ao ultraliberalismo, conservadorismo e a extrema direita.

Na terceira seção, destacamos a base teórica e metodológica da presente pesquisa, ou seja, a Análise do Discurso de perspectiva materialista. Através desse arcabouço teórico foi possível mobilizar conceitos próprios da AD como: formação ideológica, formação discursiva, formação imaginária, interdiscurso, intradiscurso, memória discursiva, silenciamentos e condições de produção. Com esses conceitos da AD foi possível desvelar os discursos, revelando seus efeitos de sentido e interesses ideológicos. Estabelecemos um diálogo com a Análise do Discurso pecheuxtiana indicando como se deu o prenúncio da AD no cenário linguístico, quais foram as principais publicações nos anos 1960 realizadas por Pêcheux, como se delineou a proposta da AD em diversas obras dando principal atenção a **Análise Automática do Discurso – AAD-69** e ao livro **Semântica e Discurso** de 1975. O capítulo fez interlocução

com o entrelaçamento entre discurso, sujeito e ideologia e percebemos que essas três esferas se coadunam e se complementam, pois o discurso se relaciona com as vicissitudes da sociedade capitalista tendo o sujeito e sua práxis discursiva como algo central nesse processo. A relação contraditória entre ideologia, discurso e sujeito delimita posicionamentos, escolhas e decisões no/sobre o real sócio-histórico. Em seguida trabalhamos com discurso e condições de produção - CPs e convocamos o leitor ao entendimento do que vem a ser as CPs amplas e estritas e como elas atuam no objeto de pesquisa em questão.

Na quarta seção nos concentramos no governo de Jair Bolsonaro, sobretudo nos discursos dos ministros da educação em seus respectivos mandatos e sua relação com a universidade pública brasileira. Além disso, trabalhamos sequências discursivas que revelaram uma crítica ferrenha da ciência contra os pronunciamentos do presidente Bolsonaro. A Universidade enfrentou inúmeras ameaças: ataques, assédios, criminalizações contra o pensamento, teorias e teóricos colocados em xeque, batalhas de fundo ideológico, contingenciamentos/cortes de verbas, perda de autonomia universitária com a escolha de reitores feita pelo Governo e a redução da transparência na gestão. Nesta seção, como já mencionamos, analisamos 23 sequências discursivas representadas por recortes retirados do *site* oficial do governo, da revista *Veja*, do jornal *Folha de São Paulo* e da rede social *Twitter*. Analisamos o discurso dos cinco ministros da educação e o discurso do negacionismo científico.

A quinta seção dá continuidade as materialidades discursivas e se refere às charges que foram publicadas no período do governo Bolsonaro, sobretudo as charges que envolvem os ministros da educação e também sobre o presidente Bolsonaro. Estabelecemos interlocução com as bases teóricas metodológicas da Análise do Discurso ao analisar as charges para compreendê-las como gestos de resistência. São charges que representam os principais acontecimentos nos mandatos dos cinco ministros da educação, além do presidente Bolsonaro.

A sexta seção são as considerações finais nas quais sintetizam as principais questões discutidas na presente tese. Transitamos pela historicidade em território brasileiro mostrando os desdobramentos políticos, sociais e econômicos que repercutiram no século XXI. Os governos Lula/Dilma/Temer e Bolsonaro representaram o melhor e o pior do discurso político em âmbito educacional. Tivemos os treze anos da era PT incluindo na educação básica um conjunto de programas educacionais, tais como: Projovem Urbano, Pronatec, Mulheres Mil. No ensino superior tivemos as políticas afirmativas com as Cotas em que abriu o acesso da democratização à universidade. Com o governo Temer já tivemos a destruição de diversos

direitos e a implementação de reformas de cunho educacional como a Reforma do Ensino Médio.

No governo Bolsonaro nada exatamente foi feito pela educação a não ser sucateá-la. A universidade virou o alvo predileto do governo com duros ataques já no início do mandato, com pretensões a privatizações como a tentativa da implantação do programa Future-se, com os cortes de verba denominado de “contingenciamento” pelo governo, com o corte de bolsas dos órgãos de fomento como CAPES e CNPq. Juntamente com tudo isso, ainda tivemos o discurso negacionista contra a ciência prejudicando diversas pesquisas principalmente as de ciências humanas. Ataques contra teóricos como Karl Marx e Paulo Freire e uma necessidade enorme de descaracterizar o conhecimento em que descobertas científicas respaldadas há séculos atrás foram colocadas em xeque como, por exemplo, se a terra é redonda ou plana.

Convidamos o leitor a seguir o caminho dessa reflexão, acompanhando nossa análise discursiva, pois realizamos uma crítica à política-econômica do governo Bolsonaro sobre as universidades públicas. Consideramos esta pesquisa de suma importância para compreender a discursividade que se manifesta aparentemente como um (des)governo (como se não houvesse planejamento), mas que mantém sua proposta de reprodução dos interesses das classes dominantes. Como diz Pêcheux, é preciso ousar se revoltar.

## 2 A UNIVERSIDADE E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

### 2.1 Ciência, Sociedade e produção do conhecimento

Começaremos afirmando que a ciência se apresenta em diversos períodos históricos e sofre as vicissitudes das práticas sócio-históricas o que acaba impactando na produção do conhecimento. Contudo, esclarecemos que para esta tese faremos um recorte temporal e partiremos da ciência moderna a ciência contemporânea. No caso da ciência moderna, o conhecimento científico que abordaremos em breve passou a ser mais sistematizado. O período da instituição da ciência moderna é especificamente do século XVI até o final do século XIX. Nesse sentido;

[...] durante esse período, uma verdadeira revolução conceitual e metodológica estabelecerá as bases sobre as quais se desenvolverá o conhecimento científico, cujos antecedentes recentes se encontravam no Renascimento Científico, e suas origens mais remotas na civilização helênica (ROSA, 2012, p. 13).

A ciência moderna se inicia no século XVI e é marcada pelo rompimento do modelo geocêntrico e o apogeu do modelo heliocêntrico que causou uma reviravolta no mundo da ciência. Ao fazer um recorte temporal entre os séculos XVI a XVIII testemunhamos também o fim da era feudal e o início da sociedade capitalista. As pesquisas de Tonet (2018, p. 35) apontam que o conhecimento repercutiu fortemente as transformações desse período, ou seja, “a emergência de uma nova forma de sociabilidade, de um novo mundo, impunha também a estruturação de uma nova forma de produzir conhecimento.”

É oportuno esclarecer que, segundo Corrêa (2007, p. 125), “a ciência moderna se tornou subordinada aos interesses burgueses na manutenção da estrutura de classes e funcional às suas necessidades de auto-reprodução”. Dando um salto para o século XXI, na ciência contemporânea percebe-se que a ciência não é mais a mesma. Inúmeras correntes teóricas amparadas por diversas ideologias surgiram gerando um confronto na arena discursiva sobre estes posicionamentos, o que gerou desconforto com uma camada significativa da sociedade que colocou a ciência no posto de aliada dos interesses capitalistas. Nesse sentido, diversas pesquisas da área de ciências humanas não são tidas como prioridade, e as áreas de ciências da natureza e exatas já ganham espaço no mundo da ciência de forma dominante. Conforme afirma Silva Sobrinho (2018, p. 77) “o fazer ciência sofre pressão de forças sociais tão poderosas que

podem inviabilizar determinados projetos de pesquisa porque não são tidos como ‘inovadores’ [...]”.

No século XIX surgem as principais correntes teóricas de pensamento como, por exemplo, o positivismo que prima pelos dados científicos comprovados, neutralidade científica, e teve como expoente August Comte. E o materialismo histórico de Karl Marx e sua análise sobre a sociedade capitalista. Assim o materialismo histórico dialético

[...] é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana. (TRIVIÑOS, 1990, p. 51).

O materialismo histórico tem uma concepção dialética do real, pensando suas contradições. Trata-se de uma corrente das ciências humanas e abarca as áreas de filosofia, história, economia e ciências sociais. Nesse sentido, pesquisas que englobam o materialismo histórico-dialético procuram mostrar as contradições do real sugerindo a superação com o intuito de transformar a realidade. Amaral e Ericson (2016, p. 61) mencionam que “Os fundamentos do marxismo possibilitam apreender em amplitude e profundidade as relações constitutivas entre o modo de produção e as relações sociais capitalistas. O antagonismo capital x trabalho constitui a base sobre a qual se forja a luta de classes [...]”. Concordamos com os autores, pois o marxismo elucidava como se dão as engrenagens do sistema capitalista, como ele se retroalimenta das contradições, das desigualdades sociais. E como as lutas de classes acabam sendo forjadas, silenciadas em prol da conservação do sistema vigente.

As autoras Nogueira e Cestari (2018, p. 129) afirmam que “Em nossa perspectiva, estamos pensando não só o marxismo (como ciência transformadora), mas também a análise do discurso, considerando o terreno político, como uma política da aposta”. Dessa maneira, o marxismo pode colaborar para a superação do capital trazendo à tona as metamorfoses necessárias para uma sociedade mais politizada e consciente das amarras desse sistema. Nesse sentido, produzir o conhecimento se torna relevante para intervir na sociedade e no pensamento.

No entanto, se faz necessário dizer que a ciência moderna, em sua perspectiva dominante, é ligada é adepta do que se chama de “neutralidade” científica. Apesar disso, vale ressaltar que para o materialismo histórico a ciência não é neutra porque responde aos interesses sociais, políticos e econômicos. Isso não significa que não haja objetividade do conhecimento,

pois a função da ciência é analisar o real e se aproximar o máximo possível para compreendê-lo. Para Silva Sobrinho (2016, p. 99) “Sabemos que não há discurso científico puro, livre de ideologias, e também sabemos que nossa produção científica não deve ser submetida a uma prática científica universitária academicista e meramente especulativa, pois ela é, ao mesmo tempo, uma prática política”

É certo que do conhecimento científico realizado nas universidades derivam as pesquisas científicas que produzem debates teóricos importantes na graduação e na pós-graduação, com publicações de livros e artigos, socialização em congressos, além de criar projetos de pesquisa que vão impactar na comunidade acadêmica e na sociedade em geral. É neste ambiente fértil que diversas pesquisas nascem, teorias são debatidas e um rico universo transformam pensamentos e práticas. Poderíamos dizer com Pêcheux que somos convidados a “ousar pensar por si mesmo”. (PÊCHEUX, 2014, p. 304).

Em relação à ciência contemporânea brasileira, atualmente é visível a falta de investimentos na pesquisa científica por parte do Governo Bolsonaro, fazendo com que a sociedade e a produção de conhecimento entrem numa cadeia de retrocessos no campo do ensino e da pesquisa. Na Constituição Federal de 1988, no artigo 218, temos: “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.” (BRASIL, 1988). Entretanto, o Estado, principalmente na gestão Bolsonaro, se abstém e faz o movimento contrário, pois procura promover cortes financeiros na universidade prejudicando ao avanço científico no Brasil.

No início da gestão Bolsonaro diversos cortes nas bolsas da CAPES e CNPq aconteceram e com isso várias pesquisas se estagnaram, diversos projetos em curso paralisaram, o negacionismo científico mostrou sua cara gerando descontentamento do meio acadêmico contra o governo. Manifestações no Brasil todo foram a tônica desse período, pois a ciência estava em risco. Tivemos manifestações na Universidade Federal do Paraná – UFPR em resposta a diversas manifestações bolsonaristas contra a Educação. Na época o ministro Weintraub fez ameaças a comunidade acadêmica e disse: As universidades que estiverem fazendo balbúrdia terão suas verbas cortadas; com isso tivemos um protesto muito simbólico

em que nas dependências da UFPR, guarda-chuvas pretos foram abertos com os dizeres: A universidade resiste!<sup>2</sup>

As universidades foram alvo de ataques durante todo o governo Bolsonaro seja perseguindo a ideologia de esquerda, seja cortando verbas, seja deturpando os pensamentos de teóricos como Paulo Freire. Em quatro anos de governo não tivemos na agenda educacional nada que pudesse ser declarado como positivo, tivemos cinco ministros polêmicos que nada fizeram a não ser agir com puro negacionismo científico.

Dentro desse movimento retrógrado, a extrema direita alimentada pelo ultraneoliberalismo e pelo ódio, desvaloriza os conhecimentos de caráter universitário, justamente porque não quer que o saber se amplifique e alcance a classe trabalhadora, pois para a classe dominante o proletariado não pode ter acesso à universidade. As pesquisas acadêmicas não podem alçar voos, crescer, ter visibilidade, uma vez que isso se torna uma afronta para um governo que preza pela ignorância, por uma formação deficitária, por um tecnicismo que engessa milhares de brasileiros num patamar de estagnação. A educação em destaque neste governo é a Educação Profissional aliada a propostas de cunho empresarial. É preciso perguntar até que ponto este sujeito terá uma formação promissora? Até que ponto o empreendedorismo sustentará famílias e manterá este sujeito ativo profissionalmente? Este empreendedorismo assegurará direitos primordiais aos brasileiros?

A esfera pública só é bem quista pelo governo se for sucateada, desvalorizada, sem credibilidade alguma, pois isso alimenta o sistema capitalista, essa é uma das contradições desse sistema, ou seja, conservar as desigualdades sociais. Logo, ter sujeitos ordeiros, passivos, submissos é a maior premissa comprada pelo governo, porque assim é possível controlar, manipular e aprisionar mentes em prol de um projeto de sociedade que prioriza um grupo seletivo no topo da hierarquia social e um outro grupo cujo os direitos são negados e que apenas tem como importância servir e sustentar o sistema vigente. Conforme menciona o filósofo húngaro:

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado das coisas dentro da consciência (muitas vezes também caracterizada como ‘reificação’) porque o capital não pode exercer

---

<sup>2</sup> Conf. SILVA SOBRINHO, Helson Flavio; NATIVIDADE, Simone; OLIVEIRA, A. P. S. . Os ataques às Universidades e a defesa da educação: trajetória de sentidos em diferentes posições-sujeitos. CRÍTICA CULTURAL, v. 14, p. 193-208, 2019.

suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo. (MÉSZÁROS, 2010, p. 59).

O neoliberalismo vê o conhecimento como inimigo do *status quo* já que não há vontade política para que a classe trabalhadora tenha acesso à universidade. O famoso dualismo educacional impera nas engrenagens capitalistas, essa é a forma de conservar a pirâmide das desigualdades. O capitalismo respira um cenário distópico e truculento em alguns governos ele é velado em outros governos como o de Bolsonaro essa hostilidade é amplamente registrada em seu discurso e também em suas ações.

Neste governo uma das marcas registradas é a desconstrução de direitos dando lugar a reformas de cunho duvidoso e que apenas resgatam um “novo” com visíveis facetas de um “velho” discurso promovido em propostas governamentais. Como reforça Mézáros (2010, p. 48) “cair na tentação dos reparos institucionais formais – ‘passo a passo’, como afirma a sabedoria reformista desde tempos imemoráveis – significa permanecer aprisionado dentro do círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido dessa lógica autocentrada do capital”.

Assistimos ao desmantelamento da esfera pública com diversas privatizações de empresas. As universidades já foram alvo dessa privatização em diversos governos, na gestão Bolsonaro houve a tentativa de implementar o Projeto de Lei Future-se que abordaremos com mais profundidade em capítulos à frente. Esse projeto de lei não foi aprovado por não ter o aparato jurídico adequado, ele foi tratado como inconstitucional. A comunidade acadêmica bateu de frente com essa proposta visto que a privatização era o carro chefe do Projeto de Lei Future-se, a autonomia universitária estaria em risco com propostas que priorizam o empreendedorismo, uma universidade empreendedora levando em consideração o que o *status quo* propõe.

É preciso dizer que nas lentes da história, o capitalismo passou por crises cíclicas como as de 1929, 1970, 2008 nos Estados Unidos – EUA e que se alastra por todo o planeta. Com isso, uma série de ajustes se concretiza pelos organismos supranacionais (FMI, Banco Mundial, OCDE, ONU, etc) e isso gera as diversas orientações a serem seguidas no mundo do trabalho, no campo educacional, jurídico, ambiental e previdenciário. Segundo os apontamentos de Mézáros (2010, p. 72) “O grave e insuperável defeito do sistema do capital consiste na alienação de mediações de segunda ordem que ele precisa impor a todos os seres humanos, incluindo-se as personificações do capital”. Esta é uma forma de arquitetar um projeto para as

sociedades sejam elas ocidentais ou orientais e esse “projeto” reverbera/ecoa/ressoa em todo o planeta ocasionando em degradação da natureza seja ela animal ou humana.

Ao analisarmos a gestão Bolsonaro essa passagem jurídica, “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação”, não acontece de fato. No discurso dos ministros da educação não há engajamento para aspectos que envolvam a pesquisa científica, e a ciência e a universidade são desvalorizadas.

A produção de conhecimento na universidade é atacada com movimentos negacionistas, o anti-intelectualismo e práticas fascistas. O governo Bolsonaro tentou deslegitimar e eliminar qualquer pensamento crítico para evitar qualquer contestação que possa ameaçar os interesses da classe dominante. Uma vez que para o governo, quanto mais brasileiros detendo o conhecimento, mais difícil fica de ludibria-los e torna-los submissos ao sistema. Logo, brasileiros com o senso crítico apurado atrapalham a lógica capitalista e podem diluir o sistema de hierarquias e privilégios. Nessa direção, a Educação para esse governo se transforma um meio de conseguir direcionar os sujeitos para fazerem parte de uma mão de obra que no mercado de trabalho terão suas possibilidades de crescimento podadas, pois seus potenciais serão engessados num patamar de estagnação.

É preciso afirmar mais uma vez que a relação ciência, sociedade e produção do conhecimento são de fundamental importância para o progresso da humanidade. O governo Bolsonaro não investiu na ciência e agiu com negacionismo através de ataques, cortes de verbas e formas de impedir o desenvolvimento da pesquisa no Brasil. Trata-se de um governo que prioriza o distanciamento do conhecimento científico para a grande maioria da população brasileira. Consequentemente, temos o reposicionamento de sujeitos dentro da hierarquia social para que se conserve a lógica do capital, poucos no topo da pirâmide e muitos na base, sendo subordinados, explorados, manipulados e que acabam obedecendo aos preceitos neoliberalizantes.

## 2.2 O irracionalismo e negacionismo científico no governo Bolsonaro

O irracionalismo, uma das correntes filosóficas que possui raízes na metafísica e surgiu no fim do século XIX e início do século XX é ressignificado na atualidade, pois o capitalismo faz uso do irracionalismo como forma de manter o *status quo*, como bem aponta Magalhães (2019, p. 1): “o irracionalismo se torna a forma com que a burguesia cria e expõe suas ideias

necessárias à manutenção da ordem do sistema que lhe determinou a sua classe como dominante”. Com efeito, o capitalismo impõe suas dimensões ideológicas na tentativa de superar suas crises cíclicas e criar um novo ciclo de acumulação do capital como a solução para a sociedade.

Reforça Silva Sobrinho (2022, p. 160) em relação à crise econômica “descobrimos sua tendência à reprodução e à manutenção da sociedade capitalista; é deste lugar de poder que ele busca manter as taxas de lucros, impondo políticas de austeridade que só mortificam ainda mais a classe trabalhadora”. Dessa forma surgem as reformas supracitadas que são verdadeiros paliativos governamentais com uma única finalidade redirecionar a sociedade brasileira para a manutenção e reprodução do sistema capitalista e não de sua transformação.

Conforme afirma Silva Sobrinho (2018, p. 61) “o discurso da sociedade burguesa é tomado como ‘verdade’ e ‘prevalecem’ os efeitos de sentido da ‘inviabilidade’ das lutas sociais e revolucionárias” e resgata exemplos ao dizer que parece não haver outra escolha a não ser aceitar as imposições capitalistas que conservem a “ ‘democracia’ e a ‘cidadania’ como valores ‘universais’ (burgueses) e, por isso, ditos para ‘todos/as’ como os ‘legítimos’ ‘anseios’ da humanidade”. Dessa forma, constatamos que o irracionalismo é presente dentro dessa sociedade ao induzir o sujeito a uma certa normatividade direcionando-os a seguir os preceitos capitalistas em que há regras a seguir sendo que aquele que a transgredi-la sofrerá penalidades. A aplicação da democracia burguesa e da cidadania burguesa permitem observarmos como a sociedade é aprisionada a conceitos que limitam suas vidas e não percebem que são dogmas burgueses que servirão para a manutenção do *status quo*. Logo, se torna essencial que este sujeito compreenda como determinados discursos são inculcados, para tanto é primordial o conhecimento e o acesso à educação, pois assim pode contestar essas imposições e modificar as amarras típicas dessa sociedade de desigualdades.

No Brasil, o capitalismo reverencia suas práticas de forma cruel e proposital com o intuito de arrebanhar sujeitos ao bel prazer da continuidade desse sistema. Nesse sentido, se torna imperativo distanciar este sujeito da universidade reduzindo-o a um sujeito limitado e preso às particularidades inerentes ao capitalismo.

Ao resgatarmos o filósofo Lukács (1972) ele afirma que no capitalismo imperialista o irracionalismo fascista está presente e é marcado pela lógica reacionária; surge justamente desvalorizando o intelecto.

Destaca-se aqui com nitidez uma determinação muito importante do irracionalismo: uma de suas mais importantes tarefas sociais para a burguesia reacionária consiste em oferecer ao homem certo *confort* no terreno da concepção de mundo, a ilusão de uma liberdade completa, a ilusão da independência pessoal, da superioridade moral e intelectual. (LUKÁCS, 2020, p. 43).

O irracionalismo provoca no sujeito um certo poder ilusório de autonomia e liberdade e a burguesia cumpre seu papel manipulando e controlando o proletariado, para assim manter seus interesses em primeiro lugar. Observa-se que “esse movimento possui uma pedagogia baseada no confronto aberto a partir de proposições deliberadamente irracionalistas” (LEHER, 2020, p. 117). Como, por exemplo: a terra é plana, a negação do holocausto, da escravidão, da ditadura de 1964, do aquecimento global, da não existência do coronavírus e da pandemia de Covid-19.

Compreendemos que o negacionismo/anticientificismo/anti-intelectualismo está atrelado a negar uma tese que é aceita pela ciência, ou seja, atualmente ser negacionista diz respeito a negar uma tese já confirmada pela comunidade científica. Com a crise do capitalismo ficam mais evidentes as atitudes negacionistas que surgem na onda conservadora e que tenta desestabilizar a produção do conhecimento científico na universidade. Isso é perceptível com os cortes na educação e desvalorização da pesquisa e dos pesquisadores.

Nessa linha de pensamento, para o governo Bolsonaro, o conhecimento fica à margem, pois para ele não é interessante dar uma formação educacional e científica adequada para a grande massa de brasileiros, não é interessante que a classe trabalhadora tenha acesso à universidade, justamente porque não querem que as regras deste sistema vigente sejam rompidas. Por isso se criam amarras de teor ideológico que tornam o sujeito dependente economicamente, uma espécie de crenças limitantes são impregnadas e este sujeito realmente acredita piamente no que lhe é empurrado, e o projeto de sociedade cumpre seu papel e mais uma vez os brasileiros estão à mercê de um sistema sociometabólico que é incorrigível e irreformável (MÉSZÁROS, 2002).

Na contramão de uma sociedade justa e igualitária, o governo Bolsonaro se utilizou de discursos negacionistas, podemos destacar, como exemplo, que durante a pandemia do novo coronavírus, Bolsonaro defendeu a cloroquina<sup>3</sup>, enquanto a ciência já havia comprovado que

---

<sup>3</sup> É um medicamento usado contra os efeitos da malária gerado por *Plasmodium vivax*. Também é eficaz no combate a amebíase hepática, artrite reumatoide, lúpus e sarcoidose. Em relação ao coronavírus – COVID19 esse

ela não funcionava para o combate ao vírus, desse modo é perceptível que o presidente nega a ciência. Outra cena que foi e ainda tem sido recorrente é desvalidar as vacinas, mesmo tendo comprovação científica muitas pessoas não tomaram por receio, por achar que a vacina não iria imunizar ninguém chegando ao absurdo de imaginar que estavam acontecendo implantes de *chips* no corpo residindo numa espécie de teoria da conspiração. A comunidade científica fica vulnerável, pois com as redes sociais proliferam também as *fake news* que reproduzem discursos anti-vacina. Assim, negacionistas e seu obscurantismo se alinham em seu irracionalismo e negam fenômenos para os quais a ciência já produziu conhecimento com credibilidade.

Portanto, o irracionalismo se apresenta como forma de preservação do *status quo* da sociedade capitalista. De acordo com Mészáros (2010, p. 84) “Nada poderia dispor com mais clareza a natureza perversa da *falsa consciência* capitalista, plenamente complementada pela doutrinação ubíqua exercida de modo mais ou menos espontâneo sobre os indivíduos em sua vida cotidiana, pela sociedade de mercadorias”. Além disso, no governo Bolsonaro a ciência foi desvalorizada, pois é nesse momento que a universidade, a pesquisa e o pesquisador sofrem com duros golpes negacionistas e o irracionalismo atravessa esses discursos anti-ciência com o pretexto de descaracterizar a credibilidade atribuída a ciência e com isso vemos um efeito dominó que atinge a pesquisa e seu espaço de construção, ou seja, a universidade.

No próximo item vamos ao encontro dos embates contra a universidade em que a ordem da vez foi reprimi-la, cerceá-la, censurá-la, atacá-la.

### 2.3 Universidade na contemporaneidade e o cerceamento da liberdade

O Brasil vivenciou momentos de metamorfoses do ponto de vista político e econômico no início do século XXI, passando pelos governos petistas com forte investimento nas políticas sociais, políticas afirmativas/Cotas, democratização do acesso à universidade. Foram treze anos de PT no poder, o que gerou desconforto da extrema direita política brasileira. Esse cenário foi propício para que uma série de corrupções viessem à tona envolvendo vários partidos políticos, escândalos com a Petrobrás, empresários como o caso Odebrecht, e por fim culminou com o

---

fármaco não traz benefícios contra o vírus, não há comprovação científica e mesmo assim, o presidente Jair Bolsonaro defendeu seu uso.

golpe de Estado e queda do governo de Dilma Rousseff, além da injusta prisão de Luiz Inácio Lula da Silva que ocorreu como uma forma de impedi-lo de concorrer às eleições de 2018.

Segundo Indursky (2016, p. 80) a classe dominante mantém seu ar de superioridade e “[...] já não consegue mais digerir a perda do poder por mais de 12 anos e com ele, privilégios de toda sorte. Para essa classe, tal fato provoca um efeito de sentido específico: é como se a senzala tivesse invadido a casa grande e dela se apropriado”. A extrema direita se incomodou muito com o fato do PT ter ficado mais de uma década no poder. O PT fez algo inadmissível aos olhos da classe dominante, isto é, deu voz a classe dominada, através de políticas sociais promoveu a acessibilidade à educação, à moradia com o Programa Minha casa minha vida, o acesso à universidade, diversos programas educacionais foram implantados, tudo que a extrema direita abomina, pois o que ela quer é concentrar grande parte da riqueza nas mãos de poucos (a categoria elitizada desse país) e assim decretar o seu lado mais cruel que adjetivamos aqui de ambição e ganância.

O golpe de Estado deu abertura para que instituísse o governo provisório de Michel Temer desencadeando em reformas de cunho educacional, trabalhista e previdenciário que eliminaram direitos importantes que foram alcançados após a redemocratização do país com a Constituição Federal de 1988. O seu programa: “Uma ponte para o futuro”, na verdade, mostrava o seu intento regressivo, em que direitos foram esfacelados principalmente para a classe dominada.

Nas eleições presidenciais de 2018 o conservadorismo acabou vencendo e teve como candidato eleito Jair Bolsonaro com um governo com fanatismo religioso sem precedentes e que atraiu as comunidades cristãs para o seu discurso tão aclamado pelos eleitores bolsonaristas, isto é, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Para nós, um candidato que teve como pauta ludibriar cristãos levando em consideração a preservação da família tradicional, uma gestão que se apoia num conservadorismo crasso, com confrontos contra a ideologia de esquerda, assumindo posição fascista e exercendo uma necropolítica<sup>4</sup>.

No âmbito da universidade, levando em consideração que o conhecimento é ambiente propício ao debate, à pluralidade de ideias, ao desenvolvimento de novas teorias, convite ao

---

<sup>4</sup> A necropolítica foi um termo cunhado por Achille Mbembe, necro é o mesmo que morte, ou seja, é quando o Estado toma a decisão de quem deve viver e quem deve morrer, são políticas que promovem a morte. A necropolítica está ligada ao neoliberalismo e é uma nova forma de autoritarismo.

diálogo de inúmeras pesquisas, e que também é lugar de disputa ideológica, observamos que após as eleições de 2018 um cenário intimidador para as universidades se tornou mais forte. Ataques surgiram já no 2º turno das eleições presidenciais com o pedido de Bolsonaro para que filmassem as aulas dos docentes. Conforme afirma Cariotto (2019, p. 124): “A disputa extrapolou fronteiras, e se tornou uma guerra em ‘campo aberto’ sem regras pré-estabelecidas isso significa que todos os critérios atualmente reconhecidos de certificação e legitimação do conhecimento estão em disputa”. Consta-se que os ataques contra a educação é algo que aconteceu em outros momentos da história, mas um deles é simbólico, talvez pelo seu caráter intimidador estamos falando do famigerado movimento “Escola sem partido<sup>5</sup>”, Projeto de Lei-PL 867/15, que, apesar de não ter sido aprovado, ainda continua disputando espaço.

Importa destacar que estes ataques na educação e na universidade não acontecem por acaso, pois a Educação, a partir dos pressupostos da classe dominante, é regulada e centrada no processo de produção e reprodução da força de trabalho “[...] evitando-se a todo custo que o domínio do conhecimento venha a tornar-se um instrumento de luta por uma radical transformação das relações sociais de produção” (DUARTE, 2006, p. 6).

Podemos dizer que uma massa de brasileiros detendo o conhecimento é algo amedrontador para classe que está no poder, pois visa a transformação/emancipação de sujeitos dentro da órbita desse sistema. Logo, se faz necessário engessar grande parte da população com a finalidade de empurrar os ditames neoliberalizantes e assim concluir com sucesso o aprisionamento de mentes para que elas sirvam ao sistema sem questionamentos, sem contestações, sem interrogatórios. Para isso, o sistema passa a ideia que todas as escolhas são do sujeito, mas, na verdade, existe uma “mão invisível” (termo cunhado por Adam Smith) que arquiteta cada centímetro do que é imposto, mas que podemos ler como interesses do capital atuando nos direcionamentos das práticas sociais.

Lukács (1981) afirma que os sujeitos fazem escolhas a partir das circunstâncias que lhe são impostas. Um sujeito bem informado dotado de conhecimento jamais cairá na escolha que

---

<sup>5</sup> A Escola sem Partido (PL 867/15) teve como relator o Senador Magno Malta do Partido da República- PR, outras propostas de mesmo teor têm sido reproduzidas por todo o Brasil uma delas a Escola Livre (Lei 7.800/16), foi aprovada em Alagoas e teve como relator o Deputado Estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB Ricardo Nezinho. Segundo a proposta da Escola Livre a prática pedagógica deve ser livre de doutrinação em favor de uma formação neutra. Diante disso, atestamos uma afronta ao direito à liberdade de expressão o que desrespeita leis relevantes como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB/96 ou mesmo a Constituição Federal de 1988.

definirá o seu futuro, já um sujeito que repousa no mar da ignorância será presa fácil desse sistema e virará massa de manobra. Essa situação se desdobra em sujeitos que acreditam em suas realidades sociais (distópicas) a partir de critérios impostos pelo Estado e dessa maneira uma avalanche de brasileiros vão ocupar trabalhos braçais em troca de um salário miserável. Por isso, consideramos que se torna um ponto nevrálgico que este sujeito desperte e possa construir sua própria história se desgarrando do pacto ameaçador desse sistema de disparidades.

Cavalcante (2007) esclarece que a formação humana segue dois trajetos o da conservação e o da transformação. O que vai definir um destino favorável para esse sujeito vai ser a obtenção de conhecimentos que possibilitem sua emancipação, a autora aponta que;

Não há prática educativa sem objetivos, pois eles explicitam os propósitos educacionais, ou seja, orientam as ‘ações pedagógicas’ para uma direção - para a conservação ou para a transformação. Explicitam, pois as finalidades da educação, face às exigências postas pela sociedade, além de refletirem as opções políticas e pedagógicas dos agentes educativos (CAVALCANTE, 2007, p. 121).

Concordamos com a autora quando indica que “conservação” aqui é visto como a manutenção do sistema vigente e “transformação” causa uma espécie de ruptura, o que leva a outro modo de prática educacional. O que é reforçado por Freire (1987) acerca da educação emancipadora e transformadora impressa em sua pedagogia libertadora. Ou seja, uma educação que se desprenda e desobedeça as amarras neoliberais e possibilite o fortalecimento de uma sociedade crítica, que reflete sobre sua realidade e ao tomar consciência dela possa superar as contradições deficitárias desse projeto de sociedade tão aclamado pela classe dominante. Os posicionamentos de Silva Sobrinho (2016, p. 93) representam bem este parágrafo ao afirmar que “nosso confronto, enquanto analistas de discurso que assumem uma perspectiva materialista, é com o próprio sistema desumanizante do capital. Desse modo, podemos dizer que fazer AD é, para nós, uma perspectiva de resistência-revolta-revolução contra a opressão do capital”.

Nesse sentido, quando analisamos o desenvolvimento do ensino superior no Brasil constatamos que começou de forma tardia e é atravessado por rupturas e permanências. Através de décadas o ensino superior foi sendo desenhado de acordo com cada período histórico, além das mudanças no mundo que afetaram diretamente seu funcionamento e passou por processos que metamorfosearam a sua existência no Brasil (CHAVES, 2019; SAMPAIO, 2011; VERÇOSA, 2011).

Os primórdios da Universidade em território brasileiro simbolizaram movimentos de uma lenta inserção no início do século XX, especificamente na década de 1930. Paulatinamente, outras Universidades foram ocupando espaço e registrando sua história em diversas regiões do país (VERÇOSA, 2011). O sistema universitário brasileiro importou alguns modelos de universidade são eles: humboldtianos direcionados para o ensino-pesquisa-extensão e segue uma formação humanista e abrangente; os napoleônicos que caminham em direção a um ensino profissionalizante separando ensino de pesquisa tendo como foco uma formação tecnicista e pragmática. Já o modelo norte-americano que procura ajustar o ensino e a pesquisa às necessidades da sociedade capitalista. Neste último modelo o conhecimento é técnico e prático em detrimento da formação intelectual e humanista. (SAMPAIO, 2011).

Durante os acontecimentos históricos no Brasil testemunhamos a implantação da Reforma Universitária de 1968 que beneficiou a ampliação do ensino superior privado, uma vez que as Universidades Públicas não conseguiram dar conta da demanda e das exigências apregoadas por essa reforma. Conforme Bretas “[...] no mínimo, simbolicamente, foi o coroamento de todo o processo que se iniciou quando a elite nacional se vinculou ao capital estrangeiro” (BRETAS, 2006, p. 3). Com efeito, o conhecimento se filia aos interesses mercadológicos, a formação intelectual de horizonte crítico é menosprezado. O mercado de trabalho colabora com essa realidade, o diploma em tempo *record* fala mais rápido, pois atua como um passe livre, um carimbo/timbre que, em hipótese, dará acesso ao mercado de trabalho, desprezando a relevância dos conhecimentos sólidos.

Os desdobramentos históricos nos revelam que as IES privadas têm crescido vertiginosamente do fim da década de 1990 até os dias atuais. Ao revisitar a Reforma Universitária de 1968 compreendemos como o ensino superior privado começou a ser delineado e cuja abertura e expansão desse setor geraram IES voltadas para a transmissão de conhecimentos “[...] marcadamente profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa, que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época”. (MARTINS, 2009, p. 17).

Na esteira da contemporaneidade, os ataques às universidades, não ocorrem apenas recentemente e sim algo que surgiu em outros períodos da história. Durante a ditadura militar (1964-1985) surgiu o Ministério da Educação e a USAID (*United States Agency for International Development*) - MEC/USAID, cujo objetivo era o de trabalhar com programas em países como o Brasil com a meta de diminuir movimentos revolucionários. Através do Ato

Institucional – AI-5, em 1968, e o decreto 477 aconteceram aprisionamentos e mortes de professores e estudantes, diversos docentes saíram do Brasil em busca de segurança. É pertinente mencionar que “no campo cultural e educacional, as esquerdas resistiram durante todos os anos 1960, e as universidades brasileiras foram um importante espaço de arregimentação contra a ditadura” (VERAS, 2014, p. 6).

A Reforma Universitária de 1968 veio com o *slogan* da “modernização conservadora” que dialoga com o momento atual, pois é um já-dito que se atualiza. Esse discurso da época da ditadura se atualiza como memória, através dos principais ataques às universidades, e pela imposição conservadora na educação. A produção do conhecimento na universidade é atravessada por discursos que tentam delimitar como esse conhecimento deve ser ofertado. Essa “modernização conservadora”, em nosso tempo presente, procura reeditar o currículo das universidades, eliminar autores importantes como Paulo Freire, efetuar cortes de verbas para enfraquecer o espaço público dando lugar a privatizações.

É relevante pontuarmos o final da década de 1990 do século XX com a reestruturação produtiva capitalista tivemos uma nova conjuntura que influenciou a educação, novas competências e habilidades direcionaram esse novo contexto histórico. Isso aconteceu no período do governo Fernando Henrique Cardoso – FHC, a universidade teve sua estrutura sucateada e a esfera privada teve sua expansão ampliada cada vez mais. (VERÇOSA, 2011).

No século XXI, no Brasil, é simbolizado pelo início da era Lula/Dilma, um governo alinhado com as políticas sociais, políticas afirmativas, políticas como Programa Universidade para Todos - PROUNI, o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. Em 2008 tivemos a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) ampliando o acesso e permanência no ensino superior. Entre 2003 e 2014 o governo do PT criou 18 universidades federais e 173 campus universitários, o número de alunos subiu de 505 mil para 932 mil. A democratização do acesso ao ensino superior foi a marca desse momento, o PT ampliou o número de vagas durante sua gestão. Foi um governo que priorizou a classe trabalhadora e possibilitou o acesso ao ensino superior em diversos locais, das capitais ao interior de cada estado, enquanto o governo FHC e Bolsonaro não trabalharam nesse sentido, estes governos abraçaram o sucateamento da universidade com fins privatizadores.

Em seguida surge o governo de Michel Temer com um acentuado processo de desmontes e retrocessos no campo educacional. Durante dois anos, a Educação Brasileira foi protagonista de um enredo de desconstruções: a aprovação do congelamento de investimentos

na área, por longos vinte anos, os cortes de verba no Ensino Superior comprometeram o desenvolvimento de inúmeras pesquisas; colocando em xeque os estudos de diversos cientistas.

Nas eleições de 2018 foi eleito um candidato que dizia ter como missão abraçar o patriotismo, o pensamento conservador em conjunto com o componente religioso. Um de seus propósitos mais emblemáticos é o de perseguir toda e qualquer ideologia de esquerda nos diversos nichos em que ela circula. Um governo cuja prioridade foi esfacelar o setor público beneficiando a privatização de inúmeros setores incluindo as universidades. Neste sistema capitalista não há o interesse em investir no setor público e sim cortar os gastos das políticas sociais.

A partir do Pós-Golpe/2016 constata-se um movimento semelhante à era ditatorial, uma espécie de regime de censura educacional e formas de controle social. É oportuno resgatar que no 1º semestre de 2018 houve em algumas universidades brasileiras a criação de cursos livres denominados de: “O golpe de 2016 e a educação no Brasil”. Os cursos se alastraram por várias universidades do país. Os cursos livres foram de fundamental importância para entender a origem do golpe de 2016 e suas consequências para o Brasil. Enquanto isso, o Brasil enfrenta um panorama caótico do ponto de vista econômico, político e social, o que era velado passa a ser uma imposição sem máscaras. A ideologia da classe burguesa agora imprime sua marca de forma direta. A própria “Escola sem partido” demonstrou um ataque certeiro na Educação Pública e sua extensão se deu na Universidade, espaço de pluralidade de ideias, hoje alvo de censura.

As formas de repressão às universidades falam de uma posição discursiva ideológica dominante na sociedade capitalista. Uma classe que legitima seus interesses e prefere elitizar o conhecimento afastando cada vez mais o trabalhador das universidades. Conseqüentemente, a classe trabalhadora é encaminhada para um *apartheid* educacional (LEHER, 2008) em que diversas gerações terão seus destinos delimitados, uma grande parte dos brasileiros vão parar no ensino profissionalizante, um ensino deficitário, aligeirado cuja formação terá como desfecho uma massa de pessoas alocadas no subemprego.

Em síntese, dando um pequeno salto na história observamos o século XXI constituído pelo início do governo Lula e Dilma que deu como prioridade a democratização do acesso ao ensino superior, às políticas afirmativas, o programa “Ciência sem fronteiras”, o fortalecimento de programas habitacionais, a melhoria na estrutura das universidades. Passamos pelo *impeachment*/Golpe de Estado de Dilma Rousseff e início do governo de Michel Temer que já

trouxe novas diretrizes para o ensino médio afetando as novas gerações do ensino superior. Em seguida, surge o governo de Jair Bolsonaro criando um grande colapso nas universidades depreciando a ciência e sucateando as Universidades públicas.

### 3 ANÁLISE DO DISCURSO E PRODUÇÃO DE SENTIDO

#### 3.1 Análise do Discurso materialista

A Análise do Discurso se constituiu conforme Pêcheux (2014 [1975]) como um campo epistemológico que dialoga com a Linguística, o Materialismo Histórico Dialético e a Psicanálise, na releitura de Saussure, Marx e Freud. Como mencionam Pêcheux e Fuchs (1990, p. 163-164):

O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

A Análise do Discurso surgiu na França no fim da década de 1960 através de manifestações desencadeadas na universidade de Sourbone. Pêcheux e Jean Dubois observaram as movimentações políticas da época e começaram a pensar numa nova base teórica. Reforça Ferreira (2016, p. 25) “O lugar de Michel Pêcheux na história das teorias linguísticas começa a ganhar presença desde seus primeiros escritos, onde já se mostra sem subterfúgios a tensão constante entre Política e Linguagem, o Sujeito e a Ideologia”.

No que tange as primeiras publicações envolvendo a Análise do Discurso através de Pêcheux, segundo Narzetti (2008), as primeiras inquietações surgem a partir de 1966 divulgadas em revistas científicas “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social” (1966); “Observações para uma teoria geral das ideologias” (1968); esses dois foram publicados em *Cahiers pour l'analyse* publicado com o pseudônimo de Thomas Herbert. Já “*Analyse de contenu et théorie du discours*” (1967); e “*Vers une technique d'analyse du discours*” (1968) publicadas na revista *Psychologie Française e Bulletin du CERP* e assinada pelo nome de Michel Pêcheux.

Posteriormente veio livro-tese Análise Automática do Discurso – AAD-69, que possibilitou a produção de um novo objeto, o discurso. Segundo Fonseca; Beck e Esteves (2018, p. 89) a AAD-69 “É uma obra que podemos chamar de cuidadosa (e estratégica), centrada na crítica às teorias hegemônicas da linguística e da interpretação de textos, e na proposição de dispositivos analíticos”.

Mas um dos marcos de grande destaque na Análise do Discurso acontece em 1975 com o livro: *Les Vérités de La Palice* traduzido para o Brasil como (Semântica e Discurso). Trata-se de uma das obras mais relevantes do filósofo francês Michel Pêcheux. Essa obra “representa o suprasumo da produção teórica de Pêcheux, pela sua densidade e dimensão crítica” (FONSECA; BECK e ESTEVES, 2018, p. 90).

De 1975 a 1983 houve retomadas, reformulações, novas formulações ganhando pulso e projeção dentro do campo linguístico, pois Pêcheux ao abordar a Análise do Discurso afirma que “[...] uma base teórica nova, politicamente muito heterogênea, tomava forma e desembocava em uma construção crítica” abalando assim, “as certezas científicas do funcionalismo positivista” (PÊCHEUX, 2002, p. 44 e 45).

Apresentaremos, abaixo, os pressupostos teóricos da AD que fundamentarão as análises discursivas desta tese.

Na teoria em tela, as condições de produção tratam do contexto em que o sujeito está inserido e como sua posição ideológica é marcada no modo de produção de determinada época. Nessa direção, as Condições de produção – CP,s “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”. (ORLANDI, 1999, p. 30). Ou seja, como o sujeito está imerso em determinada conjuntura social. As CPs amplas são ligadas as relações de produção e compõem o contexto sócio-histórico, ideológico, o sistema capitalista e como o discurso opera diante de suas contradições.

Em nosso objeto de pesquisa temos como condições de produção ampla a crise econômica do capitalismo impondo diversas orientações dos órgãos supranacionais com a finalidade de aplicar reformas sejam elas educacionais, trabalhistas ou previdenciárias. As CPs estritas se situam no contexto imediato que “engendram a sua formulação” (FLORÊNCIO, *et al*, 2009, p. 65). No caso, as condições de produção estrita se configuram nas reformas educacionais implantadas no Brasil como, por exemplo, a Reforma do Ensino Médio, que está ditando as regras de como esses alunos serão direcionados futuramente focando num profundo dualismo educacional e, também, nos cortes de investimento no ensino superior que visam sucatear a esfera universitária pública para dar abertura à esfera privada. Assistimos durante os últimos seis anos (Temer até Bolsonaro), gestões políticas que acabaram atuando com puro negacionismo em sua prática. Por fim, temos o cenário perfeito para um Estado manipulador

que administra o Brasil com um certo “cinismo ideológico” (BALDINI, 2015; TFOUNI, 2019; ZIZEK, 1996).

As condições de produção estão articuladas às formações ideológicas. Estas correspondem às posições ideológicas em que os discursos se inscrevem, isto é, o lugar discursivo, posições políticas e ideológicas. Segundo Haroche (*apud* Florêncio, *et al*, 2009, p. 69), a FI “Constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a posição de classe em conflito umas em relação às outras.”. As formações ideológicas possuem uma ou várias “formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura” (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 166).

Assim, temos as formações discursivas que na visão pecheuxtiana são esferas do saber, espaços de produção de sentido. As FDs ditam e interditam determinados dizeres, pois são campos de saberes sobre o que pode e não pode ser dito de acordo com a conjuntura sócio-histórica, ideológica e política. Cada FD abarca determinados sentidos delimitando o que é permitido dizer e o que não é. Os sentidos são dependentes de “relações constituídas nas/pelas formações discursivas. No entanto, é preciso destacar que as formações discursivas não são blocos homogêneos funcionando automaticamente”, elas são, na verdade, “heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluídas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 2007, p.44).

Compreender o funcionamento das formações discursivas é compreender também que os sentidos dos dizeres não nascem neles mesmos, mas o que os determina vai ser a formação discursiva na qual eles estão inscritos. Logo, palavras iguais podem ter significados distintos, pois se situam em diferentes condições de produção e conseqüentemente vão ter diferentes campos onde se inscrevem as formações discursivas.

Toda Formação discursiva possui uma forma-sujeito dominante que regula os saberes da FD do que pode e não pode ser dito. De acordo com Orlandi (2007, p.50), a forma-sujeito histórica representada pela sociedade atual nos revela “um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento”. O bom sujeito é submisso ao sujeito universal, enquanto que o mau sujeito revida, suspeita, interroga o sujeito do saber.

Para a Análise do Discurso o sujeito é assujeitado, ou seja, o indivíduo se filia a uma determinada formação discursiva e se acha dono do seu dizer não tendo assim, consciência de que é assujeitamento. Assim, o sujeito defende determinados pontos de vista de um governo, e tem a falsa ideia de que é dono daquele dizer e que na sua concepção este dizer possui apenas um sentido. Por exemplo, acreditar que as universidades, para produzirem conhecimento, devem ser privadas e não públicas. Na verdade, ele está sendo interpelado pela ideologia de forma inconsciente “e seu discurso, seja de adesão, seja de dúvida, seja, ainda, de recuo ou de resistência, é sustentado por diferentes formas de relação com a ideologia. Temos ainda por certo, à luz da AD, que o sujeito do discurso age movido pela ideologia, sem se dar conta”. (INDURSKY, 2016, p. 83).

Na posição-sujeito, resulta da relação entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito através da formação discursiva, desse modo o sujeito de acordo com as formações discursivas e ideológicas as quais se inscreve defende determinadas posições, a saber: o sujeito que se identifica, o sujeito que se contra-identifica e o sujeito que se desidentifica. (PÊCHEUX, 2014[1975]). Vamos às três posições-sujeito:

O sujeito que se identifica completamente com o discurso é influenciado pela ideologia dominante. É tido como o bom sujeito que repete sem questionamentos os saberes de dada formação discursiva a qual o domina. A formação discursiva é heterogênea, ou seja, dada a incompletude da linguagem, o que possibilita a existência de outros sentidos.

Já o sujeito que se contra-identifica é tido como o mau sujeito que é contrário ao sujeito universal, pois ele interroga a FD. No entanto, ainda é influenciado por essa mesma FD. Aqui temos a heterogeneidade em destaque, pois mostra o sujeito tomando uma posição contra a ideologia que se apresenta. Porém, mesmo sendo contra a ideologia, o sujeito ainda faz parte dessa mesma FD, mas não apenas reproduz essa FD e sim começa a fazer indagações. Segundo Indursky (2007), nessa modalidade, surge na FD a alteridade levando a uma FD heterogênea.

Podemos compreender também que há o sujeito que se desidentifica. Vamos compreender aqui como o sujeito que produz resistência e que prima pela mudança, pela ruptura com a ideologia dominante ou ao deslocamento da forma-sujeito.

Apresentando ainda os conceitos da Análise do Discurso, nesse percurso teórico temos dois conceitos fundamentais, a saber: o interdiscurso e o intradiscurso. O Interdiscurso se inscreve no nível da constituição é o já-dito, mas esquecido e se traduz no dizível, no pré-

construído que “[...] fornece a realidade e seu sentido ao sujeito, marcando o espaço do interdiscurso, a articulação constitui o sujeito em sua relação com o sentido no espaço do intradiscurso” (LAGAZZI, 2018, p. 172). Podemos dizer que o já-dito preexistente e é tomado como evidência e podem ressignificar o discurso ao se presentificar no processo do intradiscurso. O interdiscurso, portanto é o “conjunto das formações discursivas e se inscreve no nível da constituição do discurso, na medida em que trabalha com a ressignificação do sujeito sobre o que já foi dito, o repetível” (FERREIRA, 2001, p. 17). E é através da memória discursiva que o interdiscurso surge e produz seus efeitos de sentido.

Como falamos do interdiscurso é preciso compreender que o Intradiscurso se inscreve no nível da formulação, é o “fio do discurso” de um sujeito, assim como, é discursivizado, é o aqui e agora da materialização do discurso. Conforme Orlandi (1999), é através do intradiscurso que os dizeres são recuperados, por meio de paráfrases, de pré-construídos. Todo dizer se encontra entre duas linhas: o da (constituição ou interdiscurso) e o da atualidade (formulação ou intradiscurso). A materialidade discursiva é o intradiscurso, onde percebe-se que os dizeres são atualizados pela relação com o já-dito.

O conceito de Memória discursiva também é importante na AD. Compreendemos que a memória discursiva é lacunar “necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Para Courtine (2006) a linguagem é definida como o tecido da memória. A memória captura determinado contexto histórico e seus enunciados os quais se repetem, se ressignificam. E é no intradiscurso que a memória se atualiza. O interdiscurso é o já-dito que ressurgem reproduzindo ou ressignificando as relações de sentido e faz parte da “memória afetada pelo esquecimento” (ORLANDI, 2013, p. 34).

Outro conceito importante é o de silêncio. É no silenciamento que residem discursos carregados de outros sentidos que ao suprimir o que é dito levam a novos efeitos de sentido, pois interditam dizeres (im)possíveis naquela conjuntura histórica. O silêncio é “um *continuum* significante” e o “silêncio é o real do discurso” (ORLANDI, 2007, p. 29). Temos a política de silêncio que “produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz” e se divide entre: silêncio constitutivo que tem a ver com a linguagem, o silêncio local, “que é a manifestação mais visível dessa política: a da interdição do dizer”. Logo, “ao dizer algo apagamos necessariamente outros

sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73-74).

Em suma, a análise do discurso materialista surge para deixar o seu legado nos estudos linguísticos. Assim transitamos pelos conceitos da Análise do Discurso que procuram desvelar discursos e revelar os efeitos de sentido em diversas discursividades. Agora vamos ao debate entre discurso, sujeito e ideologia.

### 3.2 Discurso, sujeito e ideologia

O discurso é o objeto da Análise do Discurso e não a língua sistêmica de tendência logicista-formalista. A língua para a Análise do Discurso é opaca, sujeita a fatores sociais, históricos e ideológicos. O discurso como afirma Orlandi (2007) “é efeito de sentidos entre interlocutores”. Na AD há uma relação entre discurso, sujeito e ideologia e é a partir da ideologia que percebemos de qual posição discursiva aquele sujeito se inscreve para dizer e produzir sentidos. Segundo Moreira (2017, p. 73), “É na relação intrínseca entre língua, história e ideologia que se estrutura e se movimenta o discurso”. O discurso estabelece diálogo com outros discursos existentes o que acaba movimentando novos sentidos.

Segundo Ferreira (2016, p; 26) “o discurso, na perspectiva da AD, não seria um nível a mais a complementar a língua, mas apontaria, isso sim, para uma mudança de terreno, uma desrretorialização”. Logo a AD se apresenta como uma nova alternativa no campo da Linguística e o discurso não surge como complemento da língua, mas sim de uma ruptura teórica, como afirma Henry (1997), ela é um verdadeiro cavalo de troia das Ciências Humanas que veio para desestabilizar e dar reviravoltas nas bases positivas da Linguística.

Conforme afirma Amaral e Ericson (2016, p. 59), “no processo de conhecimento e interpretação dos discursos, é evidente a necessidade de se apreender a historicidade e contradição constitutivas do objeto em análise (o discurso), materializadas nas (e a partir das) relações sociais capitalistas”. Com efeito, presenciamos a funcionalidade do discurso em sociedade através do sistema capitalista em determinados períodos da história (dos primórdios ao momento hodierno). O discurso transita pelas contradições intrínsecas ao sistema vigente revelando o que está obscurecido, velado, silenciado. E nos convoca ao ato da reflexão acerca dos simulacros impressos no intradiscurso possibilitando o enriquecimento de novas análises que repercutem dentro do campo da AD.

Segundo Silva Sobrinho (2022, p.155), “o discurso, em sua estrutura e funcionamento, na relação entre sujeito, língua, história e ideologia, produz evidências de sentidos e de sujeitos.” Podemos concluir que essas evidências de sentidos e de sujeitos são pistas discursivas que permitem observarmos como aquele discurso se desenrola produzindo efeitos (atuando) em determinada sociedade, em determinada conjuntura.

Acerca do sujeito, enfatizam Magalhães e Moraes (2017, p. 131):

Embora o sujeito, na maioria das vezes, tenha a ilusão de autonomia, numa sociedade dividida em classes, todas as escolhas ‘são determinações sociais’. Essa exaltação à autonomia que aprisiona todos os aspectos da subjetividade, inclusive o discursivo tenta apagar o processo de subordinação-assujeitamento fazendo com que os sujeitos do discurso se julguem fonte de seus discursos.

Concordamos com as autoras, o sujeito tem a ilusão de que possui autonomia total, e acaba achando que o discurso se origina nele. No assujeitamento é necessário “compreender não só o seu modo de domínio e ‘eficácia’, mas também as falhas do ritual, bloqueios da ordem ideológica” (NOGUEIRA e CESTARI, 2018, p. 131). Assim, o assujeitamento é um complexo ideológico que tem sua funcionalidade e atinge em cheio o consciente e o inconsciente, mas há também falhas no ritual ideológico que comprometem a sua execução através dos discursos atribuídos pela superestrutura (educacional, jurídica, religiosa) na sua relação contraditória e constitutiva com a infraestrutura (a nível econômico). Uma vez que os discursos circulantes na superestrutura produzem efeitos de sentido antagônicos que convocam este sujeito na luta por uma real transformação de suas condições.

Este sujeito dentro da órbita da Análise do Discurso possui dois tipos de esquecimentos que são ligados às condições de produção. Segundo Maldidier “A ‘teoria dos dois esquecimentos’ emerge no artigo do número 37 de *Languages*”, redigido por Pêcheux e Catherine Fuchs e “tenta pensar a ilusão constitutiva do efeito sujeito, isto é, a ilusão para o sujeito em estar na fonte do sentido” (MALDIDIER, 2003, p. 42).

a) Esquecimento nº 1 é o esquecimento ideológico e mostra como somos afetados pela ideologia resultando num sujeito que se pensa e se diz dono do seu discurso. Segundo Maldidier (2003, p. 42) “deve ser posto em relação com as famílias parafrásticas constitutivas dos efeitos de sentido”.

b) Esquecimento nº 2, é o esquecimento enunciativo, é a impressão que o sujeito tem de que está controlando o que diz. Segundo Malidier (2003, p. 42) “remete aos mecanismos enunciativos analisáveis na superfície do discurso”.

Compreendemos junto com Vaisman (2010, p 49) que a ideologia na concepção lukacsiana concebe “a noção do homem como um ser prático, característica primordial do ser social posta já no ato do trabalho, na posição teleológica [...]. Ontologicamente, essa noção implica o fato de que este ser prático age a partir de decisões entre alternativas”. Assim, mesmo o sujeito sendo influenciado pelo sistema capitalista, ele faz escolhas a partir das condições que são expostas em sua realidade. Uma vez que este sujeito desperta para o outro lado da moeda, ou seja, o que o sistema obscurece, mais ainda ele toma decisões sobre a sua vida em sociedade e pode se desgarrar da servidão voluntária própria das diretrizes do capital.

Na sociedade capitalista o sujeito se esvai, se dilui, desaparece e o domínio das circunstâncias, das suas escolhas, da sua história é esmagada pela sociedade de classes. De forma que sua essência enquanto ser humano se reduza a um sujeito que acaba privilegiando as abusivas regras neoliberais muitas vezes pavimentadas num capitalismo dito humanizante, mas que de fato não existe. Logo, a identidade desse sujeito é atropelada se descaracterizando e tomando outra forma, isto é, modelado segundo o que o sistema exige para que as estruturas desumanizantes possam conduzir o futuro da nação e com isso formar subjetividades alinhadas ao propósito desse projeto de sociedade.

Ainda em relação à ideologia, o sujeito e seu vínculo com a história se refere ao sujeito ideológico que produz efeitos de sentido. Segundo Florêncio *et al* (2009, p. 68) “A ideologia constitui, então, o sujeito e os sentidos, em sua função de estabelecimento da relação necessária entre o linguístico e o social”. É através da ideologia que há a interlocução entre a sociabilidade capitalista e o campo do conhecimento linguístico, assim os sentidos são produzidos levando em consideração suas posições-sujeito no mundo.

É preciso considerar em nossas análises discursivas que na sociedade capitalistas sujeitos da classe mais abastadas assumem determinadas posições e possuem decisões/escolhas diferenciadas da classe menos abastada. E isso influencia na estrutura societária, por isso, enquanto analistas de discursos é importante buscar as pistas ideológicas que movimentam o processo discursivo. Para Orlandi (2007, p. 47), “a ideologia não é ocultação, mas função da

relação necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro.”.

Dessa forma, a ideologia se faz presente em decisões políticas, por exemplo, e dentro de um processo eleitoral pode culminar com a vitória de um candidato ou outro. Voltando um pouco mais para as condições de produção dos discursos analisados nesta tese, podemos dizer que o espectro ideológico assumiu um papel crucial envolto de discursos conservadores que movimentaram as filiações históricas e elegeram um candidato predominantemente preconceituoso, racista e homofóbico.

Ainda em relação à ideologia, aponta Magalhães; Moraes (2017):

Para que esse amoldamento seja eficaz é preciso produzir nos sujeitos, desde o início do estar-no-mundo, marcas que estarão para sempre em sua estrutura psíquica. Desta forma agem as práticas ideológicas sobre a estrutura psíquica do sujeito em formação, fazendo com que o inconsciente de cada sujeito individual seja o resultado de uma fala ideológica/inconsciente do Outro. (MAGALHÃES; MORAES, 2017, p.145)

Diante disso, compreende-se que a ideologia numa sociedade de classes opera no sentido de moldar sujeitos dentro de determinados valores, uma vez que a classe social deste sujeito será fator predominante neste processo. Desencadeando assim, posições-sujeito que determinarão seus discursos produzindo efeitos de sentido que impactarão mostrando seus deslizes discursivos deixando suas marcas em sociedade. Nessa direção, observamos também que “a ideologia está na mediação dos conflitos sociais na produção e reprodução social”. (SILVA SOBRINHO, 2018, p. 71). Isto é, um governo faz uso da ideologia para controlar a nação mediando assim, os conflitos sociais e é nesse momento que o discurso se torna emblemático, principalmente pela forma como é conduzido, o Estado tenta sedimentar determinados discursos para reproduzir seus interesses de classes.

A reprodução ideológica do capital procura administrar os discursos necessários para que a inculcação se dê com sucesso e com isso presenciamos um sujeito refém desse sistema governamental. Reforça Silva Sobrinho (2018, p. 74) “a contrariedade das relações sociais em sua complexa totalidade é o que sustenta e faz materializar os discursos. Estes uma vez materializados atuam sobre os sujeitos e suas relações históricas, vale dizer, um processo dialético: efeito e trabalho consciente e inconsciente [...]”.

Agora seguiremos rumo ao discurso e Condições de Produção, conceito de grande relevância no campo teórico da AD.

### 3.3 Discurso e Condições de Produção

As condições de produção foram inseridas por Pêcheux na obra *Análise Automática do Discurso*, de 1969, (AAD- 69). Segundo Zandwais (2011, p. 22) o conceito de condições de produção é “tomado do materialismo histórico, e que viria a criar as condições para inscrever, de modo concreto, a história na ordem do discurso e o discurso no campo da práxis”. De acordo com Pêcheux, (2014 [1975], p.84) as Condições de Produção “fundam a estratégia do discurso”. As Condições de produção ampla se ligam as relações de produção e se articulam com o contexto sócio-histórico, ideológico que atingem o sujeito e as circunstâncias de determinado período. Para Grigoletto (2005, p. 109) as Cp’s “estabelecem relações de força, de poder e de sentido no interior do discurso”.

Conforme Orlandi (2007, p. 31), as CP,s amplas trazem para os efeitos de sentido “elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas Instituições, entre elas a Universidade, no modo como elege representantes, como organiza o poder, distribuindo posições de mando e obediência”. As condições de produção são a conjuntura sócio-histórica e ideológica que estão no eixo do já-dito (interdiscurso, memória). Para Courtine (2016, p. 7) as condições de produção “regula em AD a relação entre materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção” levando a instituir “os procedimentos de constituição de *corpus* discursivos (conjunto de sequências discursivas dominadas por um determinado estado, suficientemente homogêneo e estável, das condições de produção do discurso)”.

Vamos agora situar as condições de produção ampla e estrita da presente tese.

As condições de produção ampla em nosso estudo é o modo de produção capitalista onde se dão as relações de produção constituídas de classes sociais onde temos a propriedade privada dos meios de produção representada pela burguesia (donos do meio de produção) e a classe trabalhadora (proletariado) que é assalariada e só possui sua força-de-trabalho para vender e sobreviver. O capitalismo se apodera do excedente gerado pelo trabalho ou mais-valia, ou seja, o trabalho a mais realizado pelo trabalhador e que não é pago. Nesse percurso, também temos o estranhamento, o trabalho realizado pelo sujeito passa a ser estranho a ele, ele produz muitas vezes algo que jamais irá consumir. É preciso destacar que as relações de trabalho na sociedade capitalistas são relações de exploração, pois a lógica do capital é gerar mais lucros e acumular mais riquezas.

Para manter sua lógica de acumulação e exploração do trabalho, o sistema capitalista busca realizar sua reprodução, no entanto, encontra obstáculos e entra em crises. Ou seja, o capitalismo passa por crises cíclicas, dentre elas, temos a crise do capital de 2008, iniciada nos Estados Unidos, denominada como a grande recessão, alguns economistas afirmam que ela foi pior do que a grande depressão de 1929. Tudo começou com o estouro da bolha imobiliária, houve o fechamento do banco norte-americano Lehman Brothers fundado desde 1850, a partir disso, foi se dando um efeito em cadeia, outros bancos começaram a perder bilhões, empresas faliram, a renda do norte americano caiu, o desemprego começou a crescer. (GLOBO, 2018).

Em 2008, o Brasil estava sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva que estava com grande estabilidade política e popularidade entre os brasileiros. O Produto Interno Bruto (PIB) estava alto, a taxa de desemprego estava em baixa, às empresas estavam em expansão no território brasileiro. O Brasil se enquadrava numa situação favorável, o mandato de Lula provocou uma imensa expansão em inúmeros setores sejam eles, educacionais, habitacionais, trabalhistas dentre outros.

O colapso viria mais tarde com a crise econômica em meados de 2015/2016, tendo como destaque nesse período, o golpe-*impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Neste período circulou o enunciado: “Dilma você só tem 3 opções: Renúncia, Suicídio ou *Impeachment*. A escolha é sua”. Segundo os apontamentos de Indursky (2016, p. 81), a posição-sujeito de direita deixa claro o desejo de que Dilma seja descartada do poder e sugere três diferentes rotas realizadas por outros presidentes que também viveram tensões em seus governos “a renúncia de Jânio, o suicídio de Getúlio e o *impeachment* de Collor. Essa é uma posição de sujeito que se inscreve à direita do espectro ideológico”. Durante o processo de golpe de Dilma Rousseff houve também escândalos com a Petrobras e a atuação da operação Lava jato<sup>6</sup> investigando corrupção. O pós-golpe vem com o governo de Michel Temer que de certa forma já se escondia a sombra de Dilma Rousseff com o intuito de ganhar o poder. Temer veio com uma agenda de reformas em diversas instâncias e a desconstrução de diversos direitos como já citamos nesta tese. Em seguida, em 2018, numa eleição conturbada o candidato à presidência, Jair Bolsonaro, vence as eleições.

---

<sup>6</sup> A operação lava-jato iniciou em março de 2014 ela foi realizada pela Polícia Federal que visou combater a corrupção e a lavagem de dinheiro. Estavam envolvidos a Petrobras, diversos políticos de vários partidos, empresários, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi um dos presos nessa operação, após 580 dias ele foi solto em novembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a prisão foi inconstitucional.

A partir daqui podemos direcionar nosso olhar para as condições de produção estritas que se concentram na gestão do governo Bolsonaro. Governo que produziu diversos retrocessos, reformas educacionais, trabalhistas e previdenciárias. Num discurso negacionista, atacou a ciência, a pesquisa brasileira, as universidades e os órgãos de fomentos como CNPQ e CAPES com verbas cortadas.

Vale ressaltar que nossa pesquisa analisou, particularmente, o discurso dos cinco ministros da educação. Foram cinco ministros da educação: (Vélez e Weitraub em 2019), (Decotelli e Ribeiro em 2020 e 2021) e (Victor Godoy Veiga em 2022).

Em suma, as CP,s ampla e estrita de nosso trabalho nos mostram um acontecimento histórico de crise do capitalismo em 2008 nos (EUA) e que no Brasil repercute fortemente entre 2015/2016 levando ao golpe-*impeachment* de Dilma Rousseff; em seguida temos governos que só colaboraram com a continuidade do golpe de Estado. Chegamos ao governo Bolsonaro e nos discursos dos cinco ministros da educação que faz parte das nossas CP,s estritas que vão priorizar o desmonte da universidade pública.

## 4 O ENSINO SUPERIOR NO DISCURSO DO GOVERNO BOLSONARO

### 4.1 Governo Bolsonaro: discurso, ciência e universidade

As políticas neoliberais do governo Bolsonaro deram foco às políticas de austeridade, aumento da inflação, reforma trabalhista que entrou em vigor em 2019, a reforma da previdência aprovada em 2019.

Neste governo prevaleceu o conservadorismo nacionalista que defende a manutenção das instituições sociais como a família e a religião com a frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, e se opõe a políticas progressistas. As políticas “educacionais” do governo Bolsonaro produziram ataques às obras de Paulo Freire, tiveram como proposta eliminar nas escolas e universidades o que ele denomina de “doutrinação” de esquerda. Foram realizados ataques também na produção de conhecimentos, isto é, vivenciamos o negacionismo científico.

O presidente Bolsonaro também interferiu na forma como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é aplicado ao implicar com o teor “ideológico” das temáticas da prova. Numa entrevista com o jornalista José Luiz Datena, na TV Band, o chefe de Estado afirmou: **“Tão mais grave que a corrupção é a questão ideológica no Brasil, que está muito arraigada por parte de alguns aqui em nossa pátria e você tem que lutar contra isso. Até a própria prova do Enem, é um vexame você ver o que é uma prova do Enem, o que mede conhecimento, por exemplo, essa primeira parte realizada no domingo passado, ou seja, uma doutrinação exacerbada”** (BOLSONARO, 2019).

Podemos compreender que Bolsonaro mostra em sua opinião total aversão pelos temas abordados no Enem por achar que o exame está impregnado de ideologia que para ele é a ideologia de esquerda. O Exame Nacional do Ensino Médio é voltado para o público que vai para a universidade, isso mostra o incômodo, pois novas gerações podem ser formadas, na visão de Bolsonaro, numa ideologia que ameaça seus princípios e valores conservadores e ultrajantes.

Nessa conjuntura, o governo Bolsonaro através de seus ministros da educação acaba deixando claro sua repulsa pela ciência, pelos trabalhos executados na universidade e na pesquisa científica. Não há interesse em apoiar o meio acadêmico, o que há são cortes de verbas de forma acentuada.

O desejo por um país ignorante prevalece na política do (des)governo de Bolsonaro. Assim, o ensino superior é deixado à margem num movimento retrógrado que impede o

crescimento da ciência no Brasil. Por conseguinte, temos um governo que dá preferência em manter uma legião de brasileiros alocados em cursos profissionalizantes, enquanto a universidade deve ser ocupada pela elite. Essa imposição implica em frear as resistências da classe trabalhadora tornando-a presa fácil desse sistema econômico, pois conservará a hierarquia das desigualdades que sustentam as engrenagens capitalistas.

No (des)governo de Bolsonaro os cientistas vivenciaram um momento de pessimismo no que se refere ao trabalho acadêmico. Quando você se depara com frases como a do 4º ministro da educação: “O futuro são os institutos federais, como é na Alemanha. Na Alemanha são poucos os que fazem universidade, **universidade na verdade deveria ser para poucos nesse sentido de ser útil à sociedade**” (RIBEIRO, 2022).

Na visão do ex-ministro da educação a grande massa de brasileiros não deve ocupar os espaços universitários, a universidade deve ser elitizada e oferecida a um grupo seletivo desse país que é majoritariamente branco e de grande poder aquisitivo. E ao dizer que “o futuro são os institutos federais” propõe o ensino técnico profissionalizante para a massa, um lugar que não dará garantias de emprego formal a todos e sim do subemprego ou até de um “empreendedorismo” que tem vigorado com muito mais força e que não possibilita empregabilidade em longo prazo. É relevante dizer aqui que sim é direito de todos os brasileiros terem acesso à universidade.

É importante ressaltar que o discurso da privatização também apareceu no Projeto de Lei (PL) n. 3076/2020 “Future-se” que tramitou na Câmara e foi aprovado, porém foi rejeitado pelo Senado por não ter sustentação jurídica. Este projeto se configurou num projeto com foco no empreendedorismo que tinha como objetivo privatizar o ensino superior, isto é, modificar o financiamento das universidades e Institutos Federais. O “Future-se” trouxe como proposta a subordinação do ensino, pesquisa e extensão aos padrões do mercado, eliminando assim, a liberdade na pesquisa e na produção do conhecimento.

Como mencionamos, as universidades, na era Bolsonaro sofrem também a ameaça do projeto “Future-se” que tem como missão colocar em prática a privatização tão desejada pela direita deste país. Houve ataques contra professores tidos como subversivos por causa da sua posição crítica, a autonomia universitária também foi colocada em xeque. Ressalta Helene (2019, p.126) que “O nome ‘Future-se’ traz à lembrança o documento (Uma ponte para o

futuro), projeto neoliberal que norteou o governo Temer e que está sendo radicalizado neste governo. O passado nos mostra o que essas expressões futuristas nos reservam”.

O Projeto de Lei “Future-se” já estava planejado, na verdade, privatizar o ensino superior sempre foi o que a direita quis e quer. Além disso, reforça Matheus (2019, p. 46):

[...] a proposta apresentada coloca em risco a autonomia universitária. Na medida em que o Future-se propõe a implementação de um mecanismo que coloca todo o financiamento da pesquisa à mercê dos interesses dos setores produtivos e às oscilações e incertezas do mercado, inviabiliza-se uma quantidade inimaginável de pesquisas básicas, e mesmo aplicadas, que não interessam direta e imediatamente a esse mercado.

Com esse projeto “Future-se”, a maioria das pesquisas seriam descartadas em nome das posturas típicas do mundo mercantilista. A desvalorização de diversas pesquisas acaba afetando a produção do conhecimento que se vê controlada por esse projeto de lei.

Dessa forma, em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro houve corte de verbas na pesquisa. Segundo a proposta do Future-se, a autonomia universitária seria destruída dando lugar a uma Universidade com roupagens empresariais. O Future-se selaria interesses privatizantes que há muito tempo batem à porta.

Como sabemos, a política do estado mínimo demonstra o desinteresse em arcar com os gastos da universidade pública e, com isso, traz propostas privatizadoras que nada mais é que uma forma de diminuir os gastos do Estado com políticas sociais. Leher (2020) afirma que no “Futura-se” há a urgência em eliminar o pensamento crítico nas universidades. Reforça Leher (2020, p. 11) “tais ações objetivam silenciar o pensamento crítico, refuncionalizar as instituições educacionais e de ciência como organizações utilitaristas destinadas à formação de capital humano de baixa complexidade”.

Portanto, o governo Bolsonaro deixou como legado um governo pautado no conservadorismo, no patriotismo ou ufanismo. Houve a tentativa de privatização da universidade pública. Na agenda educacional nada foi feito a não ser uma constante troca de cadeiras no ministério da educação e diversos cortes de verbas na educação.

Seguiremos, no próximo item, com a análise das sequências discursivas.

## 4.2 Análise das Sequências Discursivas

### 4.2.1 1º Ministro da Educação, Ricardo Vélez: a faxina ideológica nas universidades

Ricardo Vélez foi o primeiro ministro da educação do governo Bolsonaro. É um filósofo, ensaísta, teólogo e professor colombiano. Foi professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e também trabalhou em universidades dos (EUA), da França e da Colômbia. Seus dizeres, enquanto ministro da educação, foram repletos de ataques a universidade e a seu funcionamento, deslegitimando a produção de conhecimento e dando lugar ao discurso negacionista.

Agora vamos a fala desse ministro coletada numa entrevista realizada dia 01 de fevereiro de 2019, publicada na revista Veja:

**SD:1**

**Figura 1**



Fonte: Foto Cristiano Mariz/ Revista Veja

A imagem que a revista *Veja* ilustrou é repleta de sentidos. Podemos observar que, do lado direito, temos livros empilhados cuja imagem está desfocada produzindo o efeito de que tais livros devem ser ignorados, porque possivelmente podem conter a “ideologia de esquerda”; suas fontes não são citadas, são silenciadas, produzem sentidos de que estes livros devem ser ocultados, jogados no lixo, pois eles não fazem parte do mandato de Véléz e, por tabela, do (des)governo de Bolsonaro.

Na imagem, os livros são organizados desordenadamente e é isso que a imagem quer apontar e deixar evidente o que não deve ser lido e aí, portanto, entra a expressão **faxina ideológica**. Do outro lado, mostram os livros organizados com títulos a mostra que “devem” ser adotados, pois são eles que, em hipótese, seguem os padrões em termos de conhecimento defendidos pelo ex-ministro Véléz na linha do (des)governo Bolsonaro.

Quando analisamos a palavra “faxina”, podemos compreender que ela é sinônimo de limpeza. Produz o efeito de que deve ser descartado tudo aquilo que não tem mais serventia, pois é tido como “lixo”. Segundo a imagem da revista *Veja*, fazer uma faxina é apagar/silenciar toda e qualquer ideologia de esquerda e priorizar os lemas conservadores.

Segundo Orlandi (1995 p. 41-42):

[...] esse mesmo processo, em que o não-verbal é sobredeterminado pelo verbal, produz efeitos fundamentais sobre a concepção da mídia. Por esse efeito ideológico, também a mídia funciona através da redução do não-verbal ao verbal, produzindo o efeito de transparência, da informação, do estável (ou, pelo menos do diretamente decodificável).

A nosso ver, o fundo escuro dialoga com as características do governo Bolsonaro, um governo atravessado pelo ultraneoliberalismo, fascismo, obscurantismo, de prática autoritária e ataques à produção do conhecimento. Logo, a imagem e o texto se conectam e estabelecem a produção de sentidos. O efeito ideológico é identificável no jogo da linguagem verbal e não-verbal.

Vamos às sequências da entrevista que o ex-ministro concedeu a revista *Veja*:

**SD1:** “Em nenhum país a universidade chega para todos, ela representa uma elite intelectual, para a qual nem todo mundo está preparado ou para a qual nem todo mundo tem disposição ou capacidade. Universidade não é elite econômica nem elite sociológica”. (VÉLEZ, 2019).

Como podemos depreender desse discurso, os dizeres apontam para um desprezo ao acesso da classe trabalhadora às universidades, deixando-a a margem, pois prestigia a elite intelectual do país. Funciona nesses dizeres uma concepção de educação dualista (uma educação para a elite e outra educação para a classe trabalhadora): **para a qual nem todo mundo está preparado ou para a qual nem todo mundo tem disposição ou capacidade.**

Analisando essa divisão que opõe sujeitos e acesso ao conhecimento, podemos dizer que este discurso se filia a formação ideológica capitalista em que imperam as desigualdades. Ou seja, se explora os menos “preparados/capacitados”, pois são alocados apenas para o ensino profissionalizante e a elite vai diretamente para a universidade e, desse modo, é possível manter a hierarquia social. Além disso, nesta sequência discursiva há o atravessamento do discurso da meritocracia, pois para o ministro Vélez, nem todo mundo “merece” ter acesso à universidade.

Há, com isso, a retomada da ideologia da competência que é uma memória discursiva muito convocada no discurso educacional e que surge em diversos contextos históricos. Logo, “a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem, e os incompetentes, que obedecem.” (CHAUI, 2014, p. 162).

Vélez, em seu discurso, acaba se filiando a formação ideológica capitalista, ao neoliberalismo. No trecho: **Em nenhum país a universidade chega para todos, ela representa uma elite intelectual**, há o interdiscurso funcionando neste trecho, um já-dito cuja memória discursiva é reatualizada, o dualismo educacional é reproduzido no intradiscurso.

É possível ver também a formação imaginária atuando no discurso do ministro, pois ele projeta uma imagem de universidade que a classe dominante defende. Segundo Orlandi (2007, p. 42), “o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”. Orlandi afirma ainda que a imagem de uma universidade “se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos a instituições” (p. 42). Assim, o discurso do ministro reproduz evidências sobre o que é universidade e para quem é a universidade. Divide sujeitos e impossibilita o acesso ao saber.

Portanto, a posição sujeito de Vélez é o de se identificar com uma universidade que seja ocupada pela elite intelectual (econômica), enquanto a classe trabalhadora deve ocupar outros espaços como, por exemplo, o ensino profissionalizante. Em outras palavras o que for para dar

voz a classe operária (e obter conhecimentos é dar voz) não serve. Porque para o ministro, em sua posição-sujeito, o trabalhador deve ser mantido como subalterno. Levando em consideração a forma-sujeito, o ministro ao defender esse tipo de universidade, identifica-se com a FD capitalista (ou com o sujeito universal).

Segundo a revista *Veja*, que realiza um gesto de interpretação sobre a fala do ministro Vélez:

**SD2:** O sistema de cotas deve acabar em poucos anos, [Vélez] defende a volta da educação moral e cívica e a cobrança de mensalidades pelas universidades federais (REVISTA VEJA, 2019).

Nesta SD2 temos o avanço da política neoliberal que desvaloriza as políticas afirmativas (sistema de cotas sob a Lei nº 12.711, de agosto de 2012) e, ao mesmo tempo, defende a privatização das universidades federais. O sistema de cotas é algo que incomoda Vélez justamente porque através das políticas sociais implementadas pelos governos Lula e Dilma a classe trabalhadora teve mais acesso a universidade, pois foi nesse momento que o filho do pobre pode chegar aos cursos elitizados como Medicina. Nessa perspectiva, eliminar o sistema de cotas se torna primordial para quem defende uma universidade elitizada. Ou seja, essa é a filiação discursiva de Vélez em sintonia com o (des)governo de Bolsonaro.

Sobre a cobrança de mensalidades pelas universidades federais, em maio de 2019, surgiu a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 206.2019 exposta na Câmara dos Deputados e permanece em debate na Comissão de Constituição e Justiça. A PEC pretendia alterar o artigo 206 que prevê o fim da gratuidade das universidades públicas. Ou seja, no mandato de Vélez há o interesse de privatizar as universidades transformando-as em iniciativas privadas.

É preciso destacar também o gesto conservador do governo materializado na proposta de reintrodução da disciplina Educação moral e cívica. Trata-se de uma forma de domesticar o brasileiro para que ele seja ensinado a obedecer às diretrizes do governo vigente. Podemos compreender que há o funcionamento do discurso autoritário. Segundo Orlandi (1987, p. 85) “Este é um deslize ideológico que faz com que se atribua à natureza da linguagem em geral algo que é histórico e se dá em relação à dominância de um tipo de discurso, numa certa formação social”.

O ensino da disciplina Educação moral e cívica (Decreto-Lei 869) surgiu inicialmente em setembro de 1969 durante a ditadura militar na gestão de Arthur da Costa e Silva com termos que tinham a ver com o civismo, moralidade, discurso religioso, patriotismo, nacionalismo, todos ligados ao regime militar.

A tentativa de retorno da disciplina Educação moral e cívica no (des)governo de Bolsonaro é o retorno de uma memória discursiva e que se atualiza no intradiscorso. Notamos também a formação ideológica capitalista sendo acionada ao induzir o brasileiro a ter essa disciplina que defende a ideologia de direita, já a formação discursiva é atravessada pelo discurso educacional, jurídico, conservador e religioso. A posição sujeito de Vélez é o de se identificar com a reintrodução da disciplina Educação moral e cívica uma vez que o conservadorismo tão presente no governo Bolsonaro acaba fazendo parte também do discurso do ex-ministro.

Em síntese, com a análise da SD2 podemos compreender que os interesses funcionando nesse discurso é o de acabar com o sistema de cotas com a finalidade de não dar mais acesso a classe trabalhadora à universidade; e no lugar disso o foco desse (des)governo é o de privatizar a universidade. A educação moral e cívica é uma tentativa de resgatar um passado ligado a ditadura militar com um forte desejo de impor o autoritarismo.

Vamos avançar mais um pouco em nossa análise trazendo um recorte do discurso de posse do ministro Ricardo Vélez, a saber:

**SD3:** Jair Messias Bolsonaro também prestou atenção à voz entrecortada de pais e mães **reprimidos pela retórica marxista que tomou conta do espaço educacional.** À agressiva promoção da ideologia de gênero<sup>7</sup> somou-se a tentativa de derrubar as nossas mais caras tradições pátrias. Essa tresloucada onda globalista, tomando carona no pensamento gramsciano e num irresponsável pragmatismo sofisticado, **passou a destruir, um a um, os valores culturais em que se sedimentam as nossas instituições mais caras: a família, a igreja, a escola, o estado**

---

<sup>7</sup> O termo ideologia de gênero foi cunhado pela Igreja Católica, na Conferência Episcopal do Peru, em 1998, para se referir a uma linha de pensamento que seria contrária à divisão da humanidade entre masculino e feminino. Nela, os gêneros são moldados de acordo com a estrutura cultural e social dos indivíduos. Essa ideologia é considerada pelos religiosos um perigo para o mundo, uma doutrina que poria em risco a concepção de família (UOL, 2019).

**e a pátria, numa clara tentativa de sufocar os valores fundantes da nossa vida social.** Combateremos com denodo o marxismo cultural hoje presente em instituições de educação básica e superior. Trata-se de uma ideologia materialista, alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo. (Discurso de posse do 1º ministro da Educação, Ricardo Vélez, 2019).

Neste trecho temos: **Jair Messias Bolsonaro também prestou atenção à voz entrecortada de pais e mães reprimidos pela retórica marxista que tomou conta do espaço educacional.** Esses “pais e mães” representam a sociedade e são não apenas os seguidores de Bolsonaro, como os apoiadores da “proposta” escola sem partido. Sujeitos que priorizam a conservação da família tradicional e que encaram o marxismo como algo ameaçador. Nesse sentido, o recorte discursivo faz pensar que houve um clamor (de pais e mães) que foi atendido por Bolsonaro e que se materializa agora nas ações do ministro Vélez.

O ministro cita o “marxismo cultural” como algo repressor no campo educacional e que aliada a “ideologia de gênero” **passou a destruir um a um, os valores culturais da família, igreja, escola, o estado e a pátria.** Esses valores citados materializam a onda conservadora ou os discursos vinculados à extrema direita que fundamentam o (des)governo de Bolsonaro.

A posição sujeito de Vélez é a de se identificar com o conservadorismo. **Combateremos com denodo o marxismo cultural<sup>8</sup> hoje presente em instituições de educação básica e superior. Trata-se de uma ideologia materialista, alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo.** Temos aqui a formação discursiva religiosa (conservadora), há uma atualização da memória relacionada ao discurso anticomunista. O discurso de Bolsonaro “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” mostra exatamente como o governo coloca a religião na linha de frente e com isso atrai diversos cristãos, justamente por defender a família tradicional.

Para o governo o “marxismo cultural” acaba defendendo a ruptura com a religião, com costumes e tradições reproduzidos de forma secular na sociedade. O patriotismo seria colocado em xeque, logo, a bandeira do Brasil passou a virar lema desse governo, os usos das cores verde e amarelo representam o patriotismo, o nacionalismo típico do governo Bolsonaro. Funciona

---

<sup>8</sup> O relação ao marxismo cultural surgiu na década de 1990, nos Estados Unidos e circulava entre os conservadores. Essa teoria fazia uso de termos econômicos e culturais da Escola de Frankfurt e que tinham se difundido no ocidente. Segundo essa teoria, o marxismo cultural tinha como objetivo eliminar os valores tradicionais.

nesse discurso a ideologia conservadora e os interesses das classes dominantes; conforme Chauí (2014, p. 43), o papel da ideologia é;

[...] ocultar a divisão social das classes, a exploração econômica, a dominação política e a exclusão cultural, oferecendo aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, fundada em referenciais identificadores, como a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação.

Seguiremos com a análise da SD4, na qual Vélez a aborda como seria realizada a educação profissional na sua gestão:

**SD4:** Na educação profissional e tecnológica, serão fomentadas políticas que integrem ensino, ciência e tecnologia para que, efetivamente, **nossos estudantes possam desenvolver suas respectivas capacidades empreendedoras**, incorporar e utilizar inovações científico-tecnológicas e **atuar de modo eficaz no mercado de trabalho**. (VÉLEZ, 2019)

A posição do ministro enfatiza ser a Universidade para poucos, ou seja, para a elite e o ensino profissionalizante para a massa como forma de inseri-la no mercado de trabalho precário e informal. Além disso, pontua: **serão fomentadas políticas que integrem ensino, ciência e tecnologia para que, efetivamente, nossos estudantes possam desenvolver suas respectivas capacidades empreendedoras**.

Resgatando a análise da SD1, temos: **Em nenhum país a universidade chega para todos, ela representa uma elite intelectual, para a qual nem todo mundo está preparado ou para a qual nem todo mundo tem disposição ou capacidade**, ou seja, o ministro dá a entender que há uma superioridade natural de uma classe em relação a outra. Logo a classe dominante é apoiada pela meritocracia e são tidos como bem dotados intelectualmente e os demais brasileiros da classe dominada são tidos como incapazes intelectualmente.

A capacidade para desenvolver o empreendedorismo é enfatizado na SD4, para formar futuros empreendedores num território competitivo e desafiador em que não existe espaço para todos. E mais uma vez o discurso da capacidade/competência reaparece em nossa análise e, segundo Chauí (2014, p. 98), “[...] a competência é um poderoso elemento ideológico para justificar (ocultando) o exercício da dominação”.

Dessa forma, o pensamento crítico é deslegitimado mantendo este sujeito “empreendedor” num patamar inferior em relação aos conhecimentos científicos oferecidos pelas universidades. Eles são preparados única e exclusivamente para o mercado de trabalho, que futuramente, em sua grande maioria, serão alocados na informalidade.

O discurso que se manifesta nos dizeres do ministro Vélez impõe restrições ao acesso ao ensino superior, pois trata-se de uma estratégia para elitizar mais ainda a universidade.

No (des)governo de Bolsonaro a autonomia universitária também foi ameaçada. No recorte abaixo podemos analisar como o ministro fala sobre a escolha de reitores:

**SD5:** O sindicato que é da CUT<sup>9</sup> o elege e ele fica refém. O tal ANDES<sup>10</sup> é um monstro que persegue o Reitor durante todo o seu mandato. Por que não fazer um banco de currículos e ter um comitê que escolhesse os três melhores candidatos? Os nomes seriam apresentados ao Ministro ou ao Presidente. (VÉLEZ, 2019).

Podemos notar que a autonomia universitária é atacada ao querer acabar com o modelo de eleição para reitores. Ao citar: **Por que não fazer um banco de currículos e ter um comitê que escolhesse os três melhores candidatos? Os nomes seriam apresentados ao Ministro ou ao Presidente**, temos um discurso antidemocrático e a interferência na autonomia universitária. Essa passagem silencia a finalidade proposta para mudar a escolha de reitores na universidade: possibilitar a interferência do governo Bolsonaro no funcionamento das universidades, inclusive na produção de conhecimento. É outra forma de controle, visto que o reitor seria escolhido pelo ministro ou pelo presidente para satisfazer interesses políticos e econômicos (interesses privados e não públicos).

A forma como esse discurso funciona nos impressiona porque ele, para se sustentar, também se utiliza de questões de ordem moral, religiosa e nacionalista. Vejamos:

**SD6:** [...] os alunos devem sair do ensino básico e fundamental sabendo que **há uma lei interior em todos nós**, se nós a transgredirmos [...] sentimos uma coisa chamada remorso. Os estudantes devem

---

<sup>9</sup> Central Única dos Trabalhadores

<sup>10</sup> Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

aprender o que é ser brasileiro (VÉLEZ, 2019).

Aqui temos mais uma passagem sobre a reintrodução da disciplina Educação moral e cívica e o discurso religioso baseado na culpa (remorso) é presente e trabalha como interdiscurso. É uma forma de introduzir no sujeito a lei da moralidade e civismo. Ao citar: **Os estudantes devem aprender o que é ser brasileiro** e ser brasileiro para essa disciplina é seguir de forma doutrinária as normas como o civismo, patriotismo, nacionalismo. Aprender a ser brasileiro se refere, também, ao sujeito que deve ser ordeiro, passivo, submisso as diretrizes governamentais, para assim o governo ter como comandar e garantir a reprodução dos interesses do sistema capitalista.

Ainda em entrevista à Revista Veja, Vélez afirma:

**SD7:** a liberdade não é fazer o que você deseja. **Liberdade é agir fazendo escolhas dentro da lei e da moralidade.** Fazer o que dá vontade, não é ser livre. O que dá vontade não é ser livre, isso é libertinagem. (VÉLEZ, 2019).

Liberdade significa aqui seguir as diretrizes autoritárias governamentais, próprias do sistema vigente. Logo, significa ser um patriota, um sujeito que baixa a cabeça e aceita agir **fazendo escolhas dentro da lei e da moralidade** (burguesa), ou seja, seguindo como parâmetro uma liberdade que tem seus limites determinados por uma estrutura social ancorada num sistema político e econômico que leva o sujeito a um estado de servidão. O ministro demonstra com essa fala que sua posição-sujeito é a que se identifica com as exigências de uma sociedade capitalista.

Segundo Mészáros (2010, p. 59), fundamentado em Marx, “os seres humanos devem mudar ‘completamente as condições da sua existência industrial e política, e, conseqüentemente, toda a sua maneira de ser’”. Logo, ter liberdade alicerçada neste sistema econômico é algo utópico, pois entra em cena a contradição, pois liberdade se dá de acordo com o que o sistema impõe, ou seja, não há liberdade alguma, o sujeito se vê aprisionado e no comando e controle desse sistema sociometabólico.

Como podemos ver o na perspectiva materialista aponta para um outro modo possível de sociedade, mas para isso as engrenagens capitalistas passariam por uma desconstrução e sua

lógica que é pré-pavimentada no lucro perderia força dando lugar a um novo formato societário onde impera o sentido humanizante em detrimento das posturas mercadológicas.

Essas questões nos levam a concordar com Massmann e Massmann (2019, p. 2) “[...] podemos considerar cegos aqueles que, em determinadas condições de produção, não questionam e não compreendem o funcionamento (e os perigos iminentes) de discursos que convencem o grande público sustentados em argumentações falaciosas e jogos de linguagem”.

Portanto, a democracia e a cidadania próprias do capitalismo no discurso de direitos e deveres acabam criando um sujeito que tem a falsa impressão de que ao seguir essas regras estará fazendo a parte dele e terá assim uma “pseudo liberdade” e, na verdade, ele está alimentando o funcionamento do sistema capitalista. Segundo Vélez: **Fazer o que dá vontade, não é ser livre. O que dá vontade não é ser livre, isso é libertinagem**, ou seja, essa “liberdade” apregoada pelo capitalismo esbarra em certas contradições, pois este sujeito precisa ser ordeiro, submisso, domesticado aos caprichos do sistema econômico.

Retomando mais uma vez essa passagem: **a liberdade não é fazer o que você deseja. Liberdade é agir fazendo escolhas dentro da lei e da moralidade**. Há um silenciamento atuando, pois não se trata de qualquer liberdade e sim aquela que é regida por leis, regras, normas. Essa SD7 reside na formação ideológica do capital, ou seja, a obrigação de seguir regimentos atribuídos pelo sistema vigente, pois o termo “liberdade” circunscreve o sistema econômico e tem como formação discursiva o campo do saber jurídico, político e econômico. O brasileiro, neste caso, se torna um bom sujeito filiado ao patriotismo, ao civismo, gerando produções científicas ligadas a esses termos.

Portanto, na discursividade analisada, compreendemos que escolhas são feitas levando em consideração a lei e a moralidade. Isso porque, para este discurso, ser um cidadão dotado de “liberdade” exige que ele se enquadre aos preceitos exigidos pelo sistema capitalista.

#### 4.2.2 2º Ministro da educação, Abraham Weintraub: as universidades tidas como uma balbúrdia

Seguiremos nosso percurso teórico e analítico com a análise das sequências discursivas recortadas de trechos do projeto de lei “Future-se” e outras sequências discursivas ligadas ao 2º ministro da Educação, Abraham Weintraub. Trata-se de outro ministro polêmico e que agradava Bolsonaro com seus posicionamentos em que via a universidade como lugar de “balbúrdia”.

Na gestão de Weintraub houve um projeto de lei que tramitava no Congresso Nacional e que não veio a ter quórum suficiente para sua aprovação, o “Future-se”. Analisaremos agora um recorte sobre este projeto porque compreendemos que ele nos dá pistas dos interesses políticos e econômicos do (des)governo Bolsonaro sobre a universidade.

Vamos as SD do projeto de lei “Future-se”:

**SD8: Art. 1º Fica instituído o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE, que tem por finalidade o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios.**

Constata-se o uso de “Universidades Empreendedoras” e vem com o seguinte trecho: **que tem por finalidade o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.** Neste recorte podemos compreender que “fortalecimento da autonomia administrativa e financeira” desliza para a autonomia de cunho privado que teria o controle absoluto do funcionamento das universidades. Como já foi supracitado nessa tese, o “Future-se” é o governo tratando como exclusividade o capital privado, as pesquisas, os projetos e o cotidiano acadêmico seriam todos gerenciados por esse projeto de lei ligado aos interesses do capital.

Nessa SD vemos uma tentativa de aprofundar a política neoliberal no Brasil, pois seria uma forma de privatizar as universidades. Os conhecimentos ligados ao mundo do empreendedorismo seriam privilegiados e, certamente, isso comprometeria a produção de conhecimento científico. Tudo que destoasse dos temas empreendedorismo, inovação e tecnologia e que não visassem a acumulação do capital seriam descartados. Logo, como

consequência, inúmeras pesquisas não seriam mais desenvolvidas, especialmente na área das humanidades.

A inserção do empreendedorismo nas universidades silencia que por traz daquele empreendedor tido como de “sucesso” existe uma legião de empreendedores que se frustram nesse processo. O capital é competitivo e não dá espaço para todo mundo.

Na SD9 as organizações sociais em parceria com as IFES promoveriam a inovação aplicando o empreendedorismo ao incluir polos tecnológicos, incubadoras e *start-ups*.

**SD9:** Art. 14. As IFES participantes, com o auxílio das organizações sociais contratadas, deverão atuar para:

I – apoiar a criação, atração, implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, com foco no estabelecimento **parceria com o setor empresarial** no âmbito da Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016, **incluídos parques e polos tecnológicos, incubadoras e *start-ups***;

Podemos compreender que a prioridade do projeto “Future-se” é fazer da universidade um balcão de negócios empresariais de interesse do capital. O discurso de parceria (**parceria com o setor empresarial**) é o mesmo que vestir a camisa do empreendedorismo compactuando com seus interesses. Ele funciona como interdiscurso, pois é um já-dito que é reproduzido dentro do campo educacional.

A passagem da SD: **apoiar a criação, atração, implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação** nos leva a pensar com Alvares; Da Silva (2021, p. 383) que consideram que em relação à inovação “a essência da ação empreendedora de inovação é um mergulho na lógica do mercado, na lógica da acumulação de capital”. Inovação anda de mãos dadas com a palavra tecnologia, inovar é o mesmo que novidade e trata-se de um pré-construído usado com muito mais frequência na sociedade hodierna, e inovar serve para conservar o ordenamento produtivo dominante sob a lógica do capital. Segundo as diretrizes empreendedoras, o sujeito precisa trazer novidades/inovar até para ultrapassar a concorrência. Para os autores “a inovação e o empreendedorismo nada mais são do que a efetivação de uma lógica hegemônica de mercado” (ALVARES; DA SILVA, 2021, p. 390).

É preciso perguntar: será que os empreendedores que inovam conseguem se manter muito tempo ativos no mercado? Ser empreendedor ou microempreendedor neste país garante um emprego estável e seguro por longo prazo?

O silenciamento acaba operando ao percebemos que microempreendedores não têm carteira assinada, não têm Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, não têm contribuição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou seja, seus direitos trabalhistas não existem. É como se ser empreendedor bastasse, apenas trabalhar em troca da renda.

Em suma, tanto a SD8 como a SD9 pertencem a formação ideológica do capital, pois empreender e inovar são típicos da sociedade contemporânea e que situa o discurso no campo econômico, jurídico e mercadológico. O “Future-se” tem como posição-sujeito se identificar com a dinâmica capitalista, pois privatizar a universidade é uma dos seus principais interesses.

No projeto de lei “Future-se” também temos o debate sobre o notório saber:

**SD10:** § 1º O notório saber, reconhecido por universidade com curso pós-graduação em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

§ 2º O título de notório saber deve ser reconhecido àqueles que tenham realizado trabalhos reconhecidamente importantes em escala nacional e/ou internacional, com contribuição significativa para o desenvolvimento da área no país e que demonstrem a alta qualificação no campo do conhecimento.

O notório saber, Lei Nº 13.415/2017, segue como argumento do discurso “aprender a aprender” que reapareceu na gestão Temer. Assim, o “Future-se” abraça a mesma ideia, bacharéis que cursam uma graduação em pouquíssimos meses podem atuar como professores de licenciatura. O notório saber contribui gravemente com a desvalorização dos professores e desprofissionalização do trabalho docente.

É relevante enfatizar que o discurso do aprender a aprender surgiu na época do escolanovismo ou Escola Nova da década de 30 do século XX e que ideologicamente defende a pedagogia hegemônica. O lema do aprender a aprender é convocado; enquanto uma memória discursiva retorna no governo Temer e no governo Bolsonaro e volta ressignificada, pois se tratam de outras conjunturas históricas e econômicas.

No notório saber percebe-se que a produção dos conhecimentos sofre transformações, pois bacharéis tem a permissão de lecionar em disciplinas que antes eram atribuídas a profissionais com licenciatura. Esses bacharéis podem atuar desde **que demonstrem a alta qualificação no campo do conhecimento**. Cursar uma licenciatura de seis meses em vez de cursá-la em quatro anos traz um grande retrocesso, pois a bagagem de conhecimentos desses profissionais é escassa e empobrecida de conteúdos, sem didatismo, sem uma preparação adequada.

Podemos agora avançar em nossa análise para questões também polêmicas que envolveram o ministro Weintraub. De início, em maio de 2019, já foi anunciando um corte de 30 % nas verbas de três universidades públicas: Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade de Brasília (UnB). Entretanto, tudo piorou quando o ministro afirmou: **“Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”** e reforçou **“A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking”**. (WEINTRAUB, 2019). Podemos afirmar que sua justificativa não trazia argumentos plausíveis uma vez que essas três universidades possuem um ótimo desempenho.

O ministro associa o fazer universidade com Balbúrdia. Balbúrdia é uma palavra que etimologicamente deriva do grego e significa *“balbus”*, alguém que pronuncia uma língua incompreensível, isto é, o ministro quis dizer que a universidade que não falar a língua que seja aliada com os preceitos desse governo será vista como uma balbúrdia.

Em seguida, Weintraub cortou a verba de 69 universidades públicas e 644 Institutos Federais (IF,s) e ainda afirmou: **“Não houve corte, não há corte. Vou repetir: não há corte, há contingenciamento”**. Os dizeres do ministro substituem corte por “contingenciamento”.

É importante lembrar que algumas universidades como a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e a Universidade do Mato Grosso – UFMT agonizavam e chegaram ao ponto de ficar sem energia por falta de verba para o pagamento, e muitas cogitavam entrar em greve. Houve manifestações que partiram da União Nacional dos Estudantes (UNE) e inúmeros sindicatos convidaram a sociedade para participar de duas manifestações um no dia 15 e outra no dia 30 de maio de 2019, sob o nome de Dia Nacional em Defesa da Educação.

Num prédio da Universidade Federal do Paraná estudantes e professores fixaram a faixa com a seguinte frase: EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, no dia 15 de maio de 2019. Essa faixa

foi retirada por seguidores de Bolsonaro no dia 26 de maio de 2019 em sinal de apoio a defesa do governo em efetuar o corte de verbas. No dia 30 de maio de 2019 a faixa é recolocada e no mesmo período, em outro ato, guarda-chuvas são abertos na frente do mesmo prédio da UFPR, cada um com uma letra, resultando na frase: A universidade resiste! E posteriormente o ministro Weitraub aparece em vídeo no seu canal do *Twitter* com um guarda-chuva preto parodiando a música “Cantando na chuva”, de Frank Sinatra e afirma: “Está chovendo *Fake News*”. Os cortes foram desbloqueados em outubro por Weitraub, porém para isso estagnou recursos do FIES e CAPES.

Não foram apenas cortes financeiros, os ataques que Weintraub produziu sobre a universidade. A partir de suas interpretações sobre Paulo Freire. Weintraub em resposta as manifestações contra os cortes na educação afirmou em seu *twitter*;

**SD11:** No Socialismo, nada é tão ruim que não possa piorar. (...) Paulo Freire era esdrúxulo, com ideias absurdas, valores errados e aspecto péssimo. Hoje, as ideias “normais” do patrono da educação são ensinadas nas faculdades. Exagero? (WEINTRAUB, 2019).

Sabemos que Paulo Freire é considerado o patrono da educação no Brasil por conta de seu trabalho singular na educação. Publicou diversos livros que impactaram em sua carreira e deixaram um grande legado para a Educação. O ministro desaprova a imagem e importância de Paulo Freire, “**ideias absurdas, valores errados**”, a educação emancipadora/transformadora em que o pensamento crítico é evidenciado acaba sendo atacada pelo ministro. “Ideias absurdas” remetem ao pensamento de Paulo Freire, ideias que defendiam uma educação transgressora e crítica no sentido de desobedecer a ordem vigente buscando uma sociedade emancipada.

Ao dizer **Hoje, as ideias “normais” do patrono da educação são ensinadas nas faculdades. Exagero?**, Weintraub demonstra sua apatia sobre os posicionamentos de Paulo Freire. A educação Emancipadora/Transformadora é vista como uma ameaça no ensino superior. Dessa posição-sujeito, Weintraub, defensor da ideologia da direita, se alia a esse discurso porque não quer cabeças pensantes e sim uma multidão de ignorantes.

Em suma, de acordo com o que o ministro afirma, as ideias de Paulo Freire são uma afronta ao seu pensamento uma vez que os brasileiros da classe trabalhadora não podem ter

acesso a esse tipo de concepção educacional. E quando ele se incomoda por essas ideias serem ensinadas nas faculdades é porque alunos de licenciaturas serão influenciados pelo legado freireano e o ideário de Freire repassado as novas gerações.

Podemos compreender que o discurso que foi reproduzido pelo ministro da educação, Weintraub, seja manifestado no projeto “Futura-se”, seja materializado em sua fala contra Paulo Freire, faz funcionar o discurso da posição dos interesses do capital: universidade privatizada, parceira (financiada) pelos interesses privados; educação sem crítica transformadora. Houve mudança de ministro, mas a filiação ideológica se manteve nos discurso que até aqui analisamos. Veremos, nos próximos itens, como esses discursos se repetem mantendo uma regularidade.

#### **4.2.3 3º Ministro da educação, Carlos Alberto Decotelli: falsificação na formação acadêmica**

O ministro Carlos Decotelli teve sua nomeação em junho de 2020, porém cinco dias depois renunciou após ser pressionado por ter uma formação acadêmica cheia de controvérsias. O ministro quase não falou, mas foi defendido pelo presidente Bolsonaro. Assim, neste item não teremos a fala do ministro e sim recortes da fala de Bolsonaro que saiu em defesa de seu ministro:

**SD 12:** "Desde quando anunciei o nome do professor Decotelli para o Ministério da Educação só recebi mensagens de trabalho e honradez. Por inadequações curriculares o professor vem enfrentando todas as formas de deslegitimação para o Ministério". (BOLSONARO, 2020).

O presidente Jair Bolsonaro elogia o ministro Carlos Decotelli, pois teve referências de que a trajetória profissional deste teria sido exemplar. E cita: **Por inadequações curriculares o professor vem enfrentando todas as formas de deslegitimação para o Ministério.** Essas “inadequações curriculares” são: uma dissertação plagiada, um doutorado que não teve sua tese defendida, um pós-doutorado que não existiu. Podemos dizer que o presidente Bolsonaro vê com desdém o fato do ministro ter sua formação acadêmica com problemas sérios como plágios, mentiras, diplomas inexistentes.

O presidente ainda afirma que **o professor vem enfrentando todas as formas de deslegitimação**. O discurso faz uma divisão do que é legítimo e do que é ilegítimo de modo muito amplo, mas se trata de formação acadêmica que foi falseada. Podemos perguntar se é legítimo ter um Ministro da Educação com uma carreira que tem uma formação falsificada? Pois, o presidente naturaliza esse contexto que produz constrangimento que é o contrário da honradez atribuída no início dessa SD. Ou seja, há um movimento de sentido que vai de **honradez – inadequações curriculares – deslegitimação**. No entanto, a questão não é atribuída ao próprio ministro como responsável por seus atos, mas por ataques externos a essa escolha do governo.

Dessa forma, o presidente defende um currículo preenchido com informações falsas. E trata com naturalidade essa situação, isso mostra o quanto o presidente não valoriza o ensino superior e o conhecimento acadêmico permeado por todo um sistema de regras como, por exemplo, terminar sua formação de forma honesta e digna e não ancorada em informações falsas.

**SD13:** "O Sr. Decotelli não pretende ser um problema para a sua pasta (governo), bem como, está ciente de seu equívoco. Todos aqueles que conviveram com ele comprovam sua capacidade para construir uma Educação inclusiva e de oportunidades para todos" (BOLSONARO, 2021).

Mais uma vez vemos o presidente naturalizando esse episódio grotesco que envolveu o ministro Decotelli e cita: **"O Sr. Decotelli não pretende ser um problema para a sua pasta (governo), bem como, está ciente de seu equívoco"**. Percebe-se a total falta de credibilidade da gestão Bolsonaro, pois mesmo diante de falsificações gravíssimas na formação do ministro Decotelli, o presidente não vê isso como "um problema". Fica opaco para o leitor o que seria "um problema" e o que "não seria um problema" para o governo. É nesse espaço que trabalha a análise de discurso, pois "ser problema" seria não ter uma filiação ideológica aos interesses do governo e do empresariado (capital). No caso, o ministro continuaria nas orientações políticas e econômicas de privatizações.

E o presidente ainda reforça o trabalho exemplar que o ministro desempenhou em outras instituições deixando claro a **Todos aqueles que conviveram com ele comprovam sua capacidade pra construir uma Educação inclusiva e de oportunidades para todos**. Aqui o presidente resgata o já-dito **(construir uma Educação inclusiva e de oportunidade para**

**todos)** esse discurso já fora dito em outros governos, mas aqui vem ao mesmo tempo para reproduzir o mesmo e também vem ressignificada, pois se trata de outro contexto histórico que envolve um ministro que é carregado de polêmicas, num cenário composto de um governo que carrega em si um total descaso com a Educação Brasileira.

Portanto, as SD,s 12 e 13 nos mostram um ministro que tinha um currículo lattes *fake*, talvez para obter *status* profissional ele usava essa falsa identidade acadêmica. Mesmo diante dessas incongruências o presidente Bolsonaro o defendeu e mostrou total descaso sobre esses absurdos desconsiderando que pudessem ser um problema para a sua atuação dentro da sua agenda governamental.

#### 4.2.4 4º Ministro da educação, Milton Ribeiro: a universidade para poucos

O 4º ministro da educação assumiu o cargo e nada ou quase nada foi feito na agenda educacional, a não ser cortes de verbas. Milton Ribeiro também foi alvo de escândalo de propinas para prefeitos pastores. Ribeiro acabou sendo exonerado do cargo.

Segundo o ministro Milton Ribeiro:

**SD14:** O futuro são os institutos federais, como é na Alemanha. Na Alemanha são poucos os que fazem universidade, **universidade na verdade deveria ser para poucos nesse sentido de ser útil à sociedade.** (RIBEIRO, 2022).

O ministro afirma que **O futuro são os institutos federais**, pois para ele é a classe menos abastada que deveria ocupar esse espaço com cursos técnicos e profissionalizantes sem garantias de emprego formal e afirma: **universidade na verdade deveria ser para poucos nesse sentido de ser útil à sociedade.** E deixa claro sua defesa por uma universidade para poucos, ou seja, elitizada, apenas a classe dominante que deve ocupar esse espaço. É uma forma de redirecionar a sociedade, deslocando a massa para o curso técnico e a classe dominante para a universidade. O efeito de sentido é que os institutos federais são melhores porque em tese vão gerar trabalhadores que ocuparão imediatamente o mercado de trabalho.

Portanto, a formação ideológica capitalista se mostra presente ao propor que a classe menos abastada deve ocupar o ensino técnico e profissionalizante, enquanto para a classe

elitizada ficam nas universidades. Isso é próprio do capitalismo que se alimenta justamente dessas contradições e a desigualdade é uma delas.

Podemos analisar as diferentes posições-sujeito: **Universidade para poucos X Universidade para todos**. O ministro da educação do (des)governo Bolsonaro restringe o acesso e a produção de conhecimento para “poucos” (uma elite), enquanto direciona a classe trabalhadora para reprodução de mão de obra, mesmo que qualificada, seria uma mão-de-obra barata para continuar o ciclo de exploração.

Em outro episódio que gerou a exoneração do ministro Ribeiro temos o desvio de verba para algumas prefeituras lideradas por pastores.

**SD15:** Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do [pastor] Gilmar. A minha prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar (RIBEIRO, 2022).

O 4º ministro da educação, Milton Ribeiro, age com corrupção ao querer desviar dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para privilegiar pastores envolvidos em algumas prefeituras. No trecho: **Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim**, ou seja, Bolsonaro agiu violando as regras do dinheiro público para beneficiar pastores. Posteriormente essa situação levou a exoneração de Ribeiro e dias depois na prisão de pastores e do próprio ministro Ribeiro.

#### **4.2.5 5º Ministro da educação, Victor Godoy Veiga: novos cortes de verbas nas universidades**

Veiga já estava na pasta do governo Bolsonaro como secretário-executivo durante dois anos (2020-2022) e, em 2022, assume o cargo de ministro. O ministro executou cortes de verbas contra as universidades e os institutos federais, porém negou em seguida alegando que se tratava de um “decreto”.

**SD16:** Isso não é verdade. O que aconteceu foi um **decreto publicado no sábado que traz um limite temporário na execução dos recursos públicos**. E isso foi feito

porque **nosso governo tem responsabilidade fiscal. Nós não queremos que o nosso país tenha a gestão que foi feita no passado, onde o governo gastou muito mais do que era arrecadado e afundou o nosso país em dívidas.** (VEIGA, 2022).

O ministro Veiga justifica o “decreto”, afirmando que o “nosso governo tem responsabilidade fiscal”. Nesse funcionamento discursivo resgata e acusa o governo de Dilma Rousseff ao se referir aos gastos feitos em demasia e que segundo o ministro afundou o país em dívidas.

E continuou seu discurso ao citar:

**SD17: Então, o Ministério da Educação lamenta o uso político que está sendo feito dessas informações num período tão importante para o nosso país para tentar desgastar a imagem do governo, que é sério e comprometido com os recursos dos impostos dos cidadãos brasileiros** (VEIGA, 2022).

O ministro se mostra incomodado ao se referir ao desgaste da imagem do governo justo em período de início das eleições. E afirma que o governo é sério e comprometido com os recursos dos impostos dos cidadãos brasileiros. Vale lembrar que o governo Bolsonaro no período de transição do governo Bolsonaro para o governo Lula (recém presidente eleito) deixou um rombo de R\$ 400 bilhões, caindo por terra o compromisso com a responsabilidade fiscal, na verdade o governo Bolsonaro deixou um legado terrível nas contas públicas.

Um governo “**que é sério e comprometido com os recursos dos impostos dos cidadãos brasileiros**” enfatizamos esse trecho para mostrar que este governo não teve compromisso algum nesse sentido, uma vez que deixou um déficit orçamentário absurdo para que o atual governo Lula resolvesse. E resgatamos a SD16 que entra em contradição com o rombo que o governo deixou na transição de governo: **nosso governo tem responsabilidade fiscal.** E para atacar diretamente o partido do PT nessas eleições presidenciais de 2022 vem com o seguinte argumento: **Nós não queremos que o nosso país tenha a gestão que foi feita no passado, onde o governo gastou muito mais do que era arrecadado e afundou o nosso país em dívidas.**

#### 4.2.6 Eleições de reitores e suas (não) nomeações

A escolha de reitores é respaldada pela reforma Rivadávia Correia do Decreto nº 8.659/1911 em que o novo reitor era eleito pela própria comunidade acadêmica. Durante a ditadura militar houve também mudanças com o artigo 16 da Lei nº 5.540/68.

Vale destacar que a autonomia universitária tem aparato jurídico na Constituição Federal de 1988 com o artigo 207 que afirma: Art. 207 – “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Dessa forma, a escolha dos reitores passa por campanha na qual são lançadas propostas para a universidade. A comunidade vota e gera uma lista tríplice pelo colégio eleitoral que é encaminhada ao presidente da república para escolha do reitor.

Os governos anteriores respeitaram sempre a escolha da comunidade universitária, porém o governo Bolsonaro passou a decidir quem seria o reitor. Bolsonaro interferiu na escolha de reitores em 16 universidades, pois não escolheu (nomeou) o mais votado, mas aquele que se alinhasse em seus interesses. A Universidade Federal de Pelotas - UFPEL fez *live* se opondo aos posicionamentos do presidente.

**SD 18:** Nenhuma universidade do Brasil teve a coragem de fazer o que a UFPEL vai fazer. A UFPEL vai ter a primeira dupla de reitores da sua história, o reitor eleito e a reitora nomeada vão trabalhar lado a lado tomando juntos todas as decisões sobre o futuro da UFPEL. O presidente jamais terá sossego aqui na UFPEL será marcado como um ato de resistência histórica, aqui não! o senhor não manda absolutamente nada na UFPEL saiba disso hoje como já lhe disse inúmeras vezes, o senhor não manda nada na Universidade Federal de Pelotas, **quem manda na UFPEL é a nossa comunidade**, o senhor é desprezível. (YOUTUBE<sup>11</sup>, 2020).

Temos a seguinte passagem: “A UFPEL vai ter a primeira dupla de reitores da sua história, o reitor eleito e a reitora nomeada vão trabalhar lado a lado tomando juntos todas as

---

<sup>11</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=XEVz97JbL8U>

decisões sobre o futuro da UFPEL”. O reitor e reitora da UFPEL mostram que vão ter total autonomia sobre as decisões da universidade e que o presidente Bolsonaro não vai poder interferir em nenhum aspecto que concerne à universidade.

E enfatiza: **O presidente jamais terá sossego aqui na UFPEL será marcado como um ato de resistência histórica, aqui não! o senhor não manda absolutamente nada na UFPEL.** O enunciado “um ato de resistência histórica” é um interdiscurso que foi reproduzido em outros contextos de nossa história como na própria ditadura militar e se reatualiza no intradiscurso.

E conclui: **saiba disso hoje como já lhe disse inúmeras vezes, o senhor não manda nada na Universidade Federal de Pelotas, quem manda na UFPEL é a nossa comunidade, o senhor é desprezível.** O reitor mostra sua indignação e se filia ao discurso da resistência e deixa claro que Bolsonaro não terá a chance de gerenciar a escolha de reitores. Mostra que sua posição-sujeito é a de se desidentificar com as posturas do presidente.

Portanto, Bolsonaro mostra uma das faces do seu autoritarismo, ao querer que as eleições para reitores não seja mais feita pela comunidade acadêmica. Ao querer coagir essas eleições deixa claro que quer colocar como reitores pessoas que coadunam com as regras ideológicas do governo. É uma forma de controlar, sujeitar, dominar as universidades e todas as suas decisões dentro desse espaço acadêmico.

#### 4.2.7 A crítica dos cientistas contra o discurso negacionista de Bolsonaro

Neste momento, traremos SD,s com o discurso dos cientistas em relação as posturas negacionistas de Bolsonaro, especialmente durante a pandemia de Covid-19. Justificando a entrada nessa temática porque a universidade e a produção do conhecimento científico foi duramente atacada nesse período de (des)governo.

**SD19:** Contrariando todas as evidências técnicas e científicas de instituições como Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), universidades brasileiras e o próprio Ministério da Saúde (MS), por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), consideramos **sua fala [Bolsonaro] pública**

**de completa irresponsabilidade, podendo causar prejuízos aos cidadãos e cidadãs no Brasil como o aumento da transmissão comunitária e até mesmo do número de mortes.**(CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2020).

O Conselho Nacional de Saúde – CNS repudia com veemência a postura do presidente Jair Bolsonaro, pois através de atitudes negacionistas ele acaba gerando prejuízos na esfera da saúde. Mesmo com todas as instituições mencionadas, universidades e seu próprio Ministério da Saúde, Bolsonaro negou a ciência ao chamar o coronavírus (Covid-19) de “gripezinha” e também foi contra o confinamento social, pois para ele a economia não deveria estar estagnada, pois o capitalismo não suporta essa paralisação.

Portanto, observamos um movimento de indignação por parte dos cientistas em relação ao descaso no discurso do presidente Jair Bolsonaro. O presidente só prioriza a abertura da economia no país em detrimento das possíveis mortes causadas por um vírus mortal.

**SD20: A paralisação de diversos serviços vai gerar um impacto negativo na economia, porém a economia se recupera se as vidas estiverem preservadas.** Números não valem mais que vidas. Antes um país com potencial de retomada na economia após uma crise, que centenas ou milhares de pessoas mortas devido à irresponsabilidade de falas, posturas, posicionamentos e atitudes insensatas que atentam contra o bem estar social. **A postura do presidente é criminosa, nesse sentido, fazemos um apelo à população: fique em casa e não acredite em fake news contra as orientações do MS.** (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2020).

O Conselho Nacional de Saúde reforça aqui que as vidas precisam ser priorizadas e que a economia pode esperar, afinal para que ela funcione é necessário seres humanos vivos. E mais uma vez é contra o discurso do presidente Bolsonaro deixando claro que **“A postura do presidente é criminosa”**. Ao querer que a economia circule num momento que exige muita prudência, Bolsonaro se filia a formação ideológica capitalista.

O CNS afirma: **“Números não valem mais que vidas. Antes um país com potencial de retomada na economia após uma crise, que centenas ou milhares de pessoas mortas**

**devido à irresponsabilidade de falas, posturas, posicionamentos e atitudes insensatas que atentam contra o bem estar social.”.** O Conselho Nacional de Saúde se desidentifica com a defesa do funcionamento da economia e do discurso irresponsável do presidente Bolsonaro. Dessa forma, o CNS defende com intensidade que a economia pode esperar, enquanto vidas correm risco.

No site do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ temos a seguinte matéria publicada pela Associação de Saúde Coletiva – ABRASCO, intitulada de: **(Bolsonaro, inimigo da saúde do povo)** e resgatamos a seguinte SD.

**SD21:** Nessa manifestação, incoerente e criminosa, o **Sr. Jair Bolsonaro**, no momento ocupante do principal cargo do Executivo Federal, **nega o conjunto de evidências científicas que vem pautando o combate à pandemia da COVID-19 em todo o mundo, desvalorizando o trabalho sério e dedicado de toda uma rede nacional e mundial de cientistas e desenvolvedores de tecnologias em saúde.** Nesse ato, desrespeita o excelente trabalho da imprensa e de numerosas redes de difusão de conhecimento, essenciais para o esclarecimento geral sobre a COVID-19, e desmobiliza a população a dar seguimento às medidas fundamentais de contenção para evitar mortes. Medidas estas cruciais encaminhadas com muito esforço pelas autoridades municipais e estaduais, implementadas por técnicos e profissionais do SUS, os quais vêm expondo suas vidas para salvar pessoas. Além disso, comete o crime de “infração de medida sanitária preventiva”, a ser enquadrado no Art. 268 do Código Penal Brasileiro, ao desrespeitar “determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa”, (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA - ABRASCO, 2020).

A ABRASCO continua afirmando: **“Nessa manifestação, incoerente e criminosa, o Sr. Jair Bolsonaro, no momento ocupante do principal cargo do Executivo Federal, nega o conjunto de evidências científicas que vem pautando o combate à pandemia da**

**COVID-19 em todo o mundo, desvalorizando o trabalho sério e dedicado de toda uma rede nacional e mundial de cientistas e desenvolvedores de tecnologias em saúde.”**. Aqui temos uma das principais características do presidente Bolsonaro que age com negacionismo em seu discurso sobre a ciência. Por mais que cientistas se envolvessem em pesquisas, descobertas e formas de combater o vírus do COVID19, Bolsonaro via tudo com total descaso, como vimos em outra SD para ele se tratava de uma “gripezinha”, algo banal e que não necessitava de uma rede de cientistas trabalhando em prol da sociedade no combate ao vírus.

Os cientistas mostram como posição-sujeito se desidentificar com os posicionamentos do governo e mostram indignação com o discurso negacionista de Bolsonaro.

No seguinte trecho temos: **“Nesse ato, desrespeita o excelente trabalho da imprensa e de numerosas redes de difusão de conhecimento, essenciais para o esclarecimento geral sobre a COVID-19, e desmobiliza a população a dar seguimento às medidas fundamentais de contenção para evitar mortes.”** O presidente da república que deveria ser um exemplo a ser seguido acaba atrapalhando o trabalho de um conjunto de setores que procuram deixar a sociedade por dentro das medidas necessárias para se proteger com o COVID19. Bolsonaro faz o movimento contrário influenciando negativamente os brasileiros a não seguirem as recomendações do CNS.

A ABRASCO alerta **“Além disso, comete o crime de “infração de medida sanitária preventiva”, a ser enquadrado no Art. 268 do Código Penal Brasileiro, ao desrespeitar “determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa”**. Aqui temos a infração cometida pelo presidente Bolsonaro, com isso temos uma formação discursiva do campo jurídico. O presidente esbarra num artigo do Código Penal Brasileiro que prioriza o impedimento de propagação de doença contagiosa e Bolsonaro acaba desobedecendo a essa determinação jurídica.

Portanto, o presidente defende o negacionismo científico e desvia o brasileiro das principais notícias que geram a precaução contra o vírus. Ele acaba desvalidando redes de difusão do conhecimento e a própria imprensa.

A Associação Paulista de Medicina – APM traz a seguinte SD:

**SD22:** O discurso é carregado de política, e sem nenhuma preocupação com a prevenção sobre o coronavírus. É inaceitável, neste instante, que venha a maior liderança do país

dizer à população que não se preocupe com as orientações do Ministério da Saúde. (ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA - APM, 2020).

Trata-se de algo contraditório como que o próprio presidente é contra seu próprio ministério da saúde? Mais uma atitude negacionista de Bolsonaro. Nessa SD é presente a formação ideológica capitalista que prioriza setores políticos e econômicos. A APM se desidentifica com as posturas de Bolsonaro.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC publicou uma matéria intitulada: **(Bolsonaro presta desserviço aos esforços para reduzir efeitos trágicos)**

**SD23:** Todos os setores da sociedade brasileira estão extremamente preocupados com a situação gravíssima da pandemia de COVID-19 em nosso País. Assistimos ontem estarecidos ao pronunciamento do Presidente da República em direção contrária às recomendações do próprio Ministério da Saúde, de organizações de saúde internacionais, como a Organização Mundial da Saúde, de cientistas e de governos de todo o mundo. Em um momento crítico como este, esperávamos ouvir um pronunciamento do Chefe de Nação que trouxesse medidas efetivas para o enfrentamento da pandemia, orientações bem fundamentadas, escoradas na experiência de outros locais, no conhecimento científico acumulado e nas instituições e profissionais da saúde. E que fizesse uma conclamação à união de todos os setores da sociedade brasileira no enfrentamento da grave crise de saúde pública, social e econômica que vamos viver (SBPC, 2020).

A SBPC reafirma o mesmo que o CNS, ABRASCO e APM nesta passagem **“Assistimos ontem estarecidos ao pronunciamento do Presidente da República em direção contrária às recomendações do próprio Ministério da Saúde, de organizações de saúde internacionais, como a Organização Mundial da Saúde, de cientistas e de governos de todo o mundo.”**. Tal dizer mostra o presidente totalmente na contramão em relação a essas instituições no que se refere às recomendações no combate ao vírus. A SBPC tem como posição-sujeito se desidentificar com o pronunciamento do presidente Bolsonaro.

Em outro trecho temos: **“Em um momento crítico como este, esperávamos ouvir um pronunciamento do Chefe de Nação que trouxesse medidas efetivas para o enfrentamento da pandemia, orientações bem fundamentadas, escoradas na experiência de outros locais, no conhecimento científico acumulado e nas instituições e profissionais da saúde.”** De acordo com o discurso da SBPC há um sentimento de decepção em relação ao que se esperava no pronunciamento do Chefe de Nação que apoiasse frentes que se movimentaram para lutar contra a pandemia. É citado o conhecimento científico acumulado e Bolsonaro já demonstrou o quanto ele defende um discurso anticientífico.

A SBPC é totalmente contrária ao discurso de Bolsonaro que deveria estar ao lado de cientistas e outros setores no enfrentamento contra a pandemia.

Portanto, as instituições que representam o discurso da ciência (CNS, ABRASPO, APM, SBPC) demonstraram em suas falas total repúdio pelas posturas negacionistas do presidente Bolsonaro. Enquanto a ciência estava engajada em conseguir uma vacina eficaz contra o Covid- 19, Bolsonaro priorizou a abertura da economia tendo total descaso com a saúde dos brasileiros e chegou a afirmar que esse episódio da história não passou de uma “gripezinha” reduzindo o vírus a um caso sem muita importância. A prioridade governamental era preservar a economia mesmo que isso custasse vidas. Essa atitude imprudente atrapalhou o início da vacinação e o que poderia ter sido evitado não foi, muitos brasileiros perderam suas vidas por causa de uma decisão insensata do presidente Bolsonaro.

## 5 CHARGES DA ERA BOLSONARO

Nesta última sessão vamos direcionar nosso olhar para algumas charges que circularam durante o (des)governo de Bolsonaro, especialmente, aquelas que tocam em questões de negacionismo e dos ataques as universidades e a produção do conhecimento científico. Vamos considerá-las como práticas discursivas de resistência.

Antes de nos encaminhar as análises é preciso falar um pouco sobre a charge e o humor. A charge, etimologicamente, vem do francês *Charger* e através da linguagem verbal e não-verbal faz menção a fatos políticos e sociais de forma crítica e com teor humorístico. Segundo Silva (2019, p.59) “a charge traz uma reflexão crítica da realidade, ao mesmo tempo

em que atualiza o leitor sobre o que está acontecendo no cotidiano, ela também contribui para que o leitor reflita sobre esses fatos, questionando-se, posicionando-se”.

O humor procura ironizar acontecimentos do cotidiano, conforme Silva (2019, p. 59) “exerce seu potencial crítico, satirizando e desmitificando personagens popularmente conhecidos e fazendo críticas ao contexto social e político”. Logo, o humor assume na charge seu teor ironizador ao mesmo tempo em que assume uma postura de crítica dentro de uma determinada conjuntura social.

A crítica por meio do humor se apresenta na charge como uma ferramenta que possibilita um meio de provocação social, através disso é possível observar diversos temas discutidos em sociedade com um olhar crítico e preciso sobre como aquela realidade está posta em determinado contexto social.

A resistência assume uma postura de imposição contra um governo, por exemplo, nas charges é comum perceber a resistência atuando. Para a AD os processos discursivos surgem e se processam com “furos, falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência” (ORLANDI, 2012, p. 213).

Podemos dizer que no período de 2018 a 2022 tivemos algumas charges que se destacaram no espaço midiático e que ilustravam criticamente o pensamento negacionista do presidente Jair Bolsonaro e seus ministros da educação. Vamos analisar oito charges.

Vamos à primeira charge:

**Figura 2**



A campanha eleitoral de Bolsonaro em 2018 teve como marca o seu posicionamento a favor do porte de armas, com isso ele criou o gesto de usar as mãos em referência ao porte de armas, difundiu o discurso de que bandido bom é bandido morto, e que o cidadão de bem deveria fazer uso de armas para se proteger.

Na imagem acima vemos um livro representando a universidade pública e a produção de conhecimento. No enunciando, encontramos: **Preparar, apontar...** Essa foi a máxima do governo Bolsonaro, ou seja, hostilizar o meio acadêmico, efetuar cortes de verbas, sucateá-la com a finalidade de priorizar a privatização. Diversas universidades públicas brasileiras como a UFRJ e UFMT sofreram cortes de verbas e tiveram dificuldades para pagar as contas de energia, muitas delas pararam por conta disso por não ter o mínimo de condições para que se desse o seu funcionamento.

O enunciado **Preparar, apontar** faz alusão ao “fogo”, isto é, fica subentendido que fogo se refere ao corte de verbas das universidades. Fogo que tira a autonomia das universidades ao privatiza-la, fogo que deslegitima o conhecimento científico e difunde o negacionismo.

A universidade está representada num livro isso faz referência ao conhecimento. Como vimos, durante o percurso de nossa análise pela fala dos ministros, o governo Bolsonaro abomina que o conhecimento seja transferido para a classe trabalhadora, logo é de suma importância exterminá-lo, distanciá-lo dos mais pobres. Pois uma das premissas do sistema capitalista é manter a hierarquia social, para tanto o governo tenta evitar que este conhecimento se expanda e chegue ao alcance de todos os brasileiros. Segundo Mészáros

(2010, p. 17) a educação nos últimos 150 anos “serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”.

Com efeito, estabelecendo relações de sentidos podemos perceber que essa charge também faz menção ao Projeto de Lei Future-se que como já foi dita nesta tese não teve sustentação jurídica necessária para ser aprovada. Logo, privatizar foi um dos propósitos deste governo retirando assim a autonomia universitária e realinhando a universidade aos ditames do sistema sociometabólico do capital.

Portanto, o governo Bolsonaro agiu com negacionismo contra as universidades, nada de positivo foi feito na agenda educacional, pelo contrário, houve ataques, sucateamento e tentativas de privatização da universidade com o programa Future-se. E tudo isso aconteceu escolhendo ministros da educação que agiram como uma verdadeira cúpula negacionista, todos eles eram um reflexo do que o governo Bolsonaro preconizava para a educação, para a universidade.

**Figura 3**



Na segunda imagem temos o primeiro ministro da educação Ricardo Vélez sentado e ao lado uma pessoa servindo uma bebida. No balão de diálogo segue o enunciado: **universidade não é para qualquer um...** Notamos a pessoa segurando a mesa e servindo a bebida, essa pessoa representa todos aqueles que não conseguem chegar as universidades, aqueles que, na visão do ministro, devem ser alocados para o ensino profissionalizante que não garante um emprego pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, na verdade, a maioria vai parar no subemprego.

No trecho **“universidade não é para qualquer um”** parece produzir um efeito de verdade que é sustentado por apagamentos. Conforme Voese (2004, p.64) “o apagamento poderia estar escondendo uma luta de interesses” com a real intenção de reposicionar este sujeito que é (qualquer um) para o espaço da subalternidade. Logo, surge o discurso da meritocracia, onde sujeitos ocupam espaços de prestígio e outros de servidão.

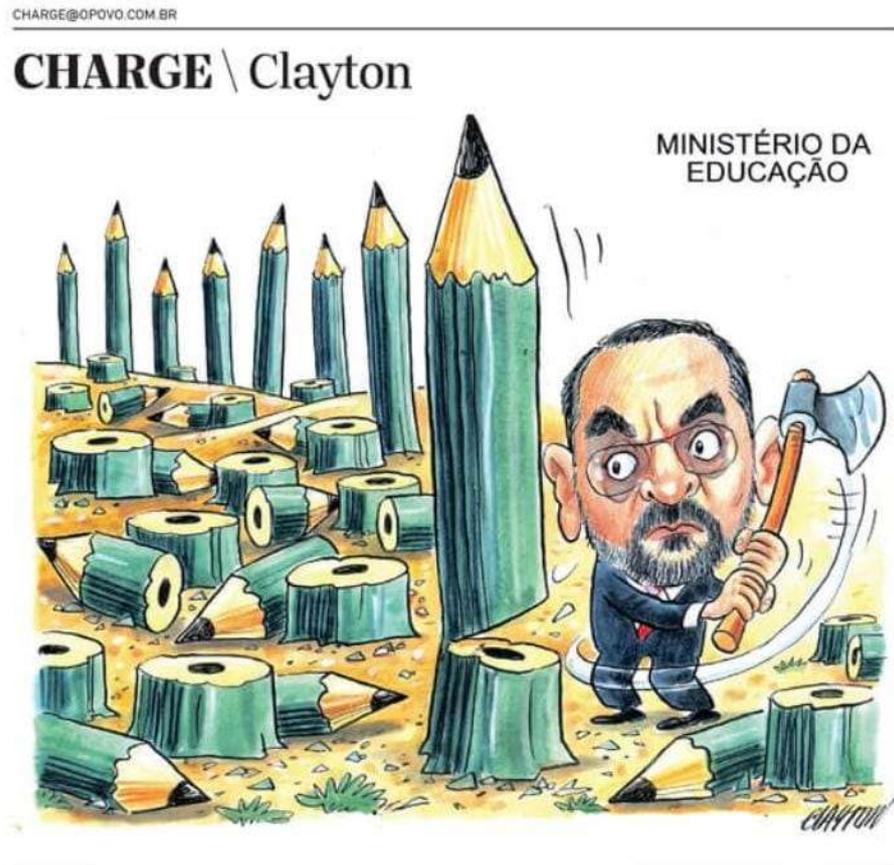
A posição sujeito do ministro Vélez se identifica com a lógica capitalista num cenário em que poucos comandam e muitos obedecem. Em **“universidade não é para qualquer um”** resgata como memória discursiva o que sempre o sistema capitalista defendeu, não são todos que vão ocupar o mesmo lugar de destaque na sociedade, uma camada da população sempre ficará à margem.

O dualismo educacional é evidente nessa imagem, pois para o ministro Vélez o ensino superior não deve ser oferecido para a classe subalterna, poucos devem ter acesso a universidade e a maioria deve aceitar o que o governo propõe, isto é, o ensino técnico profissionalizante.

Observamos que com a reforma do ensino médio implementada em 2017, o governo já está redirecionando sujeitos para esse futuro não tão promissor, enquanto aquele público seletivo que está nas universidades alcançarão patamares mais altos, terão uma formação promissora que levarão a carreiras de destaque.

Em suma, o ministro da educação Ricardo Vélez acaba mostrando sua faceta ao deixar claro que o acesso à universidade não deve ser para a classe trabalhadora. Para ele apenas poucos devem deter o conhecimento, apenas a classe dominante deve ocupar o espaço universitário.

Figura 4



Na terceira imagem temos o 2º ministro da educação, Weintraub, cortando lápis que estão plantados, isso faz referência aos cortes de verbas no ensino superior. Em maio de 2019 o ministro afirmou: **“Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”**. Diversas manifestações aconteceram para protestar e resistir aos ataques. O mandato de Weintraub foi representado por cortes nas universidades, pela tentativa de aprovar o projeto de lei: Future-se que visava privatizar o ensino superior público e tirar a autonomia universitária.

Notamos que o interdiscurso é anunciado nas ameaças de cortes de verbas feitas pelo ministro, dessa forma a memória é atualizada na charge através do intradiscurso com a imagem dos lápis cortados em referência ao corte de gastos. Segundo Orlandi (2008);

[...] o interdiscurso (constituição: dimensão vertical, estratificada) determina o intradiscurso (formulação: dimensão horizontal, eu diria, o da linearização do dizer. Todo dizer (intradiscurso, dimensão horizontal, formulação) se faz num ponto em que (se) atravessa o (do) interdiscurso (memória, dimensão vertical estratificada, constituição) (ORLANDI, 2008, p.11)

Nesse sentido, o interdiscurso se apresenta no intradiscurso que é atualizado, logo, os discursos sobre os cortes de verbas em 2019 reaparecem no intradiscurso sob outra forma, através de uma charge que cria analogias entre os cortes de verba e os cortes nos lápis, como se fosse uma verdadeira devastação da educação. Os lápis assumem, assim, o corte na educação e vira um símbolo que é a marca registrada do mandato de Weintraub.

Dessa forma a charge nos faz refletir também sobre o desejo latente em privatizar universidades, os cortes de verbas servem justamente para isso, pois ao cortar verba o sucateamento é o próximo passo, assim o governo vai poder dizer que é necessário privatizar as universidades, e o silenciamento dessa prática é nítida no governo Bolsonaro, sucatear para privatizar.

Portanto, essa imagem simboliza o verdadeiro devastamento educacional do mandato de Weintraub que também agiu com negacionismo.

**Figura 5**



A charge acima foi produzida direcionando a crítica para o 3º ministro da educação, Carlos Decotelli, que não assumiu a pasta da educação devido a falsificação curricular em seu mestrado, doutorado e pós-doutorado.

A imagem reforça a posição e tratamento dado ao governo em relação à educação: desvalorização do conhecimento, da educação, os cortes de verbas durante esses quatro anos de governo Bolsonaro.

Os pontos de interrogação comprovam a falta de cuidado com o ministro que é selecionado para ocupar a pasta governamental. Como vimos, Bolsonaro defendeu o ministro substituindo falsificações por “inadequações”.

Os pontos de interrogação fazem relação direta com a cadeira vazia, a caneta e a bandeira do Brasil. A imagem produz o sentido de que já estamos no 3º ministro da educação e nada foi feito de concreto na agenda educacional, ela continua vazia, pois não há pressa para implementar projetos, programas educacionais, uma vez que este governo não leva a sério esse ministério. Ou seja, há um apagamento em andamento, conforme afirma Orlandi (1995, p. 73-74) “É o não dito necessariamente excluído por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos.”.

A pressão da mídia foi o suficiente para que Decotelli renunciasse ao cargo. Como dito antes, o presidente naturalizou a condição do ministro e viu as falsificações acadêmicas como algo que não era “um problema” para a pasta do governo. Isso revela as posturas incoerentes de Bolsonaro que não levou em consideração a valorização dos conhecimentos. Para ele essas falsificações não são nada demais e chega ao absurdo de dizer que o que importa é que **"Desde quando anunciei o nome do professor Decotelli para o Ministério da Educação só recebi mensagens de trabalho e honradez. Por inadequações curriculares o professor vem enfrentando todas as formas de deslegitimação para o Ministério"** (BOLSONARO, 2020).

Figura 6



Aqui temos uma charge que faz crítica ao 4º ministro da educação Milton Ribeiro. No enunciado da charge **“Nossa especialidade é cobrar dízimo, por isso estamos dizimando a educação”**. Percebemos a formação discursiva religiosa (cobrar dízimo) atrelada a formação discursiva educacional. Cobrar dízimo tem a ver com privatização, ou seja, cobrar dízimos (mensalidades) aos alunos. No trecho **“por isso estamos dizimando a educação”** há um movimento de sentido que vai do “dízimo” como prática realizada em certas igrejas para o verbo “dizimar” que é provocar a morte de um grupo, exterminar. Em nossa análise seria exterminar a educação para a classe trabalhadora.

Portanto, cobrar dízimo e dizimar a educação se relacionam mutuamente. Esse jogo de palavras nos mostra quais as intenções dessa charge. Dízimo se refere a mensalidade com a finalidade de privatizar e dizimar a educação pública.

Figura 7



Nesta charge temos um dos pilares da educação sendo apoiado pelos estudantes e professores, enquanto o ministro Milton Ribeiro desloca a possível verba do MEC para ajudar amigos pastores de algumas prefeituras.

Trata-se de um episódio no governo Bolsonaro em que o ministro Ribeiro disse que ia atender um pedido especial do presidente para o repasse de verbas para esses pastores. Em seguida, Ribeiro e esses pastores foram presos e posteriormente soltos.

Mais uma vez percebemos a formação discursiva religiosa, pois esses pilares fazem menção a igreja “evangélica” visto que o ministro ia desviar verba do MEC para ajudar amigos pastores.

Por fim, após o escândalo do MEC Milton Ribeiro acaba renunciando ao cargo e dá lugar ao 5º ministro da educação.

Figura 8



Nesta charge, temos a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Pandemia criada em abril de 2021 e que investigou possíveis irregularidades do governo de Jair Bolsonaro em relação à pandemia de Covid-19; por exemplo, a falta de iniciativa de proteção as medidas sanitárias como o isolamento social, uso de máscaras, atraso na compra e aplicação de vacinas, a defesa do uso dos medicamentos hidroxicloroquina e ivermectina mesmo não tendo comprovação científica de que esses medicamentos são eficazes contra o coronavírus.

Reforça Pasternak e Orsi;

Os negacionismos tendem a cumprir pelo menos uma de três funções: confundir o debate, paralisando a tomada de decisões ou embaraçando a adoção de políticas públicas; criar um espaço psicológico que permita que certas atitudes irracionais sejam apresentadas como razoáveis ou dignas de mérito; e gerar sentimento de solidariedade ideológica, lealdade e coesão interna em grupos que partilham de uma identidade comum. (PASTERNAK, N; ORSI, C, 2021, p 122).

Essa charge representou um dia na CPI da Pandemia em que a Dr<sup>a</sup> Natalia Pasternak dá uma aula sobre método científico contra os negacionistas. Simbolizando esse ato de Pasternak, um livro intitulado ciência é arremessado em cima dos senadores Eduardo Girão, Marcos Rogério e Luis Carlos Heinze. A CPI passou por diversos momentos em que negacionistas

atacavam com seus discursos retrógrados. Logo percebemos que esses movimentos negacionistas se aliam ao irracionalismo que “é intrínseco ao sistema do capital. Vive-se hoje um momento em que ele se aprofunda por necessidade do sistema.” (MAGALHÃES, 2019, p. 87).

Portanto, a CPI bateu de frente com mentalidades negacionistas. No capítulo quatro trouxemos análises mostrando críticas da ciência ao discurso negacionista de Bolsonaro. A tese estabeleceu uma discussão acerca do negacionismo no governo Bolsonaro em que foram constantes os ataques do presidente e dos cinco ministros da educação contra a universidade e a ciência.

**Figura 9**



A postura negacionista foi bem presente no (des)governo Bolsonaro, o presidente foi inimigo da ciência durante seus quatro anos de mandato. Ele era completamente contra tudo que se articulasse com a comunidade científica, tanto que cortou verbas e diversas pesquisas foram exterminadas ou estagnadas por falta de investimento governamental. Conforme Gislou (2022, p. 72) “o negacionismo é um movimento que congrega pessoas e instituições e que visa a negar, discutir, desacreditar ou suplantado determinada questão ou assunto”.

Durante a pandemia de Covid-19 Bolsonaro fez com que propagasse *fake news* e chegou a dizer que quem se vacinasse viraria jacaré e afirmou: “**A questão da Pfizer: no contrato**

**estava escrito ‘não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral’. A Pfizer não apresentou quais seriam os possíveis efeitos colaterais. Eu usei uma figura de linguagem: jacaré” (BOLSONARO, 2020).**

Bolsonaro se mostrou totalmente contra as descobertas científicas sobre as vacinas e foi a favor da imunidade de rebanho afirmando: **“A imunidade de rebanho é uma realidade, a pessoa que se imuniza com o vírus tem muito mais anticorpos que aquela que se imuniza com a vacina”** (BOLSONARO, 2020). Isso contraria as evidências científicas sobre as vacinas, este pensamento sobre a imunidade de rebanho poderia gerar muitas mortes e mostra total irresponsabilidade do presidente quanto à saúde do brasileiro.

O presidente defendeu o uso do medicamento Cloroquina e Hidroxicloroquina mesmo sabendo que não havia comprovação científica de que ela combateria o coronavírus. Com isso, ele batia de frente com a comunidade científica, como chefe de Estado ele tinha uma grande responsabilidade e simplesmente receitava remédios que não solucionariam o problema. O governo defendeu também o tratamento precoce com o kit covid com os medicamentos derivados da Cloroquina como: hidroxicloroquina, a ivermectina, a nitazoxanida, o remdesivir e a azitromicina, porém isso se mostrou totalmente ineficaz uma vez que a ciência já comprou que esses medicamentos não combatem o Covid-19.

Ao observar a charge vemos Bolsonaro mirando e acertando nos tubos de ensaio, essa imagem traz como memória o porte de arma apoiado pelo presidente Bolsonaro em início de campanha eleitoral, ao mesmo tempo que mostra sua total repulsa em tudo que se alinhe com Ciência/Pesquisa/Conhecimentos. Os tubos de ensaio exterminados representaram os cortes de verbas na pesquisa, a perseguição contra as ideologias de esquerda, o seu total desprezo com o ensino superior, sempre deixando claro que esse espaço não deveria ser ocupado pela classe trabalhadora. A faixa presidencial mostra o patriotismo adotado por Bolsonaro, um patriotismo assentado no autoritarismo, na defesa de práticas militares e numa cegueira nacional no qual seguidores bolsonaristas o idolatravam como mito.

Portanto, as charges analisadas acima mostraram como se deu o mandato do governo Bolsonaro e de seus ministros da educação, sempre com posturas negacionistas contra a universidade e a ciência. Todas as charges representaram as diversas polêmicas que repercutiram durante estes quatro anos de governo (2019-2022).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao desfecho de nossa tese com a certeza de que o aporte teórico adotado (Análise do Discurso) trouxe conhecimentos significativos sobre o discurso do (des)governo Bolsonaro e a questão da universidade e saber científico. Convocando a um debate proveitoso no que concerne a mobilização dos conceitos teóricos da AD, os quais possibilitaram desvelar os principais discursos circulantes nesta pesquisa que tratou do discurso negacionista dos cinco ministros da educação e do presidente Bolsonaro contra a universidade e a ciência.

Nosso percurso de análise transitou por discursos polêmicos envoltos em negacionismo tendo como porta-vozes os cinco ministros da Educação, o presidente da república Jair Bolsonaro e a visão de alguns órgãos que representam a ciência e como ela enxerga esse cenário devastador.

De início fizemos uma discussão necessária sobre a ciência moderna e contemporânea como se deu seu desdobramento, quais invenções importantes, quais cientistas mais emblemáticos e como esse período histórico foi relevante para compreender o conhecimento científico, pois foi na ciência moderna que este tipo de conhecimento se sistematizou. Em seguida, desenvolvemos uma discussão acerca do momento atual com o discurso negacionista no mandato de Bolsonaro e como os ataques à ciência, os cortes de verbas contra a educação, cortes de bolsas no ensino superior foram a marca registrada desse governo. Diversos pesquisadores viram suas pesquisas estagnarem, os incentivos à ciência foram minados em diversas universidades do Brasil, isso leva a um atraso de grandes dimensões no fazer ciência no Brasil.

Continuamos nosso percurso ao tratar do irracionalismo no governo Bolsonaro e quais artimanhas ideológicas foram utilizadas para conservar o *status quo*. Seguimos com um debate sobre a universidade e o cerceamento da liberdade onde tratamos dos principais ataques realizados sobre a universidade seja em termos de violência simbólica contra o corpo docente ou também efetuado com os cortes de verbas.

Neste governo recheado de obscurantismo, anti-intelectualismo, anti-ciência o ensino superior foi totalmente deixado à margem tendo no poder ministros que faziam questão de deixar claro em seus discursos que a universidade “não é para todos”, que a universidade é lugar de “balbúrdia”, que o “futuro era privatizar as universidades”, que as cotas eram uma afronta aos lemas desse governo uma vez que abriu as portas para a classe menos favorecida.

Pudemos compreender, a partir das análises discursivas, que a proposta do governo foi voltar a elitizar o espaço universitário. Para tanto, houve discursos que priorizavam os Institutos Federais como as novas vedetes do futuro, que o curso profissionalizante era a solução para a maioria da população, esses direcionamentos eram formas de manter a hierarquia social, mantendo assim, uma massa de subalternos em obediência a poucas pessoas que alcançariam o topo da pirâmide social.

Nesse entremeio, o revisionismo histórico com fins políticos reforçado por Olavo de Carvalho predominou, ressurgiu a teoria do terraplanismo que se atualizou como “verdade”. O conhecimento passou a ser desconstruído, confrontado, reeditado. Conforme afirma Chauí (2001, p. 46) acerca da universidade é possível perceber que atualmente o foco é em “fragmentar, limitar o conhecimento e impedir o pensamento, de modo a bloquear toda tentativa concreta de decisão, controle e participação, tanto no plano da produção material quanto no da produção intelectual”.

Compreendemos que o governo Bolsonaro se diferencia dos demais governos por ter uma agenda ultraneoliberal, ser de extrema-direita, privilegia o capital privado, é neofascista, é reacionarismo político-cultural e se ampara na necropolítica. Em nossa pesquisa, consideramos que o ultraneoliberalismo ganha força após o golpe parlamentar jurídico e midiático, em 2016, em que ocorre a queda do governo de Dilma Rousseff. Segundo Dadort e Laval (2019), o neoliberalismo se ressignifica após a crise de 2008 nos Estados Unidos e mostrará sua nova face depois das eleições de Trump em 2016 e de Bolsonaro em 2018. O neoliberalismo sobrevive e acaba rejeitando os direitos sociais e a democracia liberal e se ajusta ao nacionalismo, ao autoritarismo e a xenofobia.

Assim, sujeitos que se dizem “cidadãos de bem” e da “família tradicional” acabam seguindo a tendência conservadora e neofascista ao se confrontar com as lutas das minorias. Ao revisitar o fascismo e os preconceitos históricos, discursos começam a se manifestar em correntes de *WhatsApp*, espaços religiosos e acabam se tornando a ideologia predominante do ultraneliberalismo. O presidente Bolsonaro fez uso desse discurso ao concorrer as eleições, e isso convenceu vários brasileiros a votarem nele.

O neofascismo brasileiro se filia ao ambiente antidemocrático, autoritário, deslegitimação do Estado de direito, culto às tradições cuja explicação se apoia no fundamentalismo religioso, defesa do empreendedorismo-meritocracia, contrários às políticas

sociais, culto ao nacionalismo que se resume a valorização da bandeira e do hino nacional. Além disso, faz uso da violência, da desqualificação do outro, do ataque às universidades, contra ideologias de esquerda, racismo, xenofobia, a sugestão de queima de livros ditos como “subversivos, comunistas”. O conhecimento se viu atacado por pensamentos retrógrados, as ideias freireanas foram distorcidas, pois o governo não via com bons olhos seus posicionamentos por causa do seu teor transformador e emancipador, uma educação que ultrapasse as amarras desse sistema econômico, na verdade o pensamento crítico levado à sério por Paulo Freire era visto como uma ameaça governamental, afinal o governo não está interessado numa multidão de brasileiros críticos, quanto mais assentados na ignorância melhor, esse é o lema deste governo.

No campo teórico da Análise do Discurso foi feita uma discussão sobre a Análise do Discurso materialista. Foi feito um debate sobre discurso, sujeito e ideologia e como esses conceitos se entrelaçam na materialidade discursiva e, por fim, abordamos o discurso e condições de produção mostrando como se situa nosso objeto nas condições de produção dentro da nossa atual conjuntura.

No capítulo de análise trouxemos sequências discursivas com o discurso dos 5 ministros da educação. Trabalhamos primeiro com uma entrevista da revista *Veja* realizada com o ministro Ricardo Vélez, trabalhamos com o discurso de posse do ministro e mostramos como o interdiscurso, a memória discursiva e o silenciamento atravessaram seus discursos.

Em seguida, trabalhamos com o discurso do ministro Weintraub e o Projeto de lei Future-se, além de um episódio com cortes na educação no qual o ministro mencionou que as Universidades que fizerem balburdia terão suas verbas cortadas. Em seguida, tivemos protestos como o realizado na UFPR em que vários guarda-chuvas pretos abrem ao mesmo tempo e estão com a frase: A universidade resiste! O ministro chegou a aparecer em rede nacional com um guarda-chuva em referência a música catando na chuva de Frank Sinatra alegando que estão havendo *fake news* e que, na verdade, não havia “corte” de verbas e sim “contingenciamento”.

Posteriormente trouxemos os discursos de Bolsonaro em defesa do 3º ministro Decotelli e como as falsificações curriculares atrapalharam que ele assumisse a pasta governamental.

Em seguida, tratamos do mandato de Ribeiro, 4º ministro da educação embalado em discursos que legitimavam os IFs em detrimento do acesso a universidade, além de escândalos

com o MEC e pastores da ala evangélica ao desviar verba para eles. O ministro Ribeiro e os pastores foram presos e soltos posteriormente, Ribeiro acabou renunciando ao cargo.

Por fim, trouxemos o 5º e último ministro da educação Victor Godoy Veiga, ex-secretário-executivo que foi direcionando para o cargo de ministro da educação. Veiga efetuou cortes que afetariam universidades e institutos federais em 2022.

Em suma, esta tese possibilitou refletirmos como o que parecia não ser projeto algum para as universidades, era, por fim, uma forma de sucateá-la, privatizá-la e elitizá-la. Nesse movimento discursivo, houve atravessamento de discursos, irracionalista, negacionistas, religiosos, moralistas, nacionalistas, privatistas, elitistas. Vimos, pois, que a recorrente substituição dos ministros da educação não mudava a posição-sujeito assumida pelo (des)governo de Bolsonaro. Os interesses privados, a corrupção, o desinteresse com a classe trabalhadora foi predominante.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Virginia Borges; SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da. A materialidade política ideológica do discurso: remontando de Pêcheux a Marx/Engels. In: GRIGOLETTO, Evandra/ DE NARDI, Fabiele (org). **A Análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas/SP: Pontes, 2016;

BALDINI, Lauro J. S.; NIZO, Patricia L. D.N. O Cinismo como prática ideológica. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista v. 13, n. 2 p. 131-158 dezembro de 2015. Disponível em: < <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1305/1128>> Acesso em: 03 de agosto de 2022.

\_\_\_\_\_. BARBOSA FILHO, Fabio R.(Orgs). **Análise de discurso e materialismos; prática política e materialidades**) volume 2 Campinas, SP. Pontes Editores, 2018.

BRASIL. Secretaria-Geral. **Projeto de Lei n. 3076/2020, de 2 de junho de 2020**. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se. Brasília, DF: Secretaria-Geral, 2 jun. 2020b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Projetos/PL/2020/msg302-maio2020.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/PL/2020/msg302-maio2020.htm). Acesso em: 20 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 03 de maio de 2021.

CARIOTTO, Maria Caraméz. Guerra em campo aberto: as disputas pela mudança estrutural do espaço intelectual brasileiro. In: Alessandro Mariano [et al] **Educação contra barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1.ed São Paulo: Boitempo, 2019.

CAVALCANTE, Maria do Socorro A. de O. **Linguagem, discurso e ideologia: a materialidade dos sentidos** – Maceió: Edufal, 2017.

CHAUÍ, M. **A ideologia da competência**. 1. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2014.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob [et al].O ensino superior privado- mercantil em tempos de economia financeirizada. In: Alessandro Mariano [et al] **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar** – 1 ed – São Paulo: Boitempo, 2019.

CORACINI, Maria José R. F. No limiar das dúvidas e (in)certezas. In.: **Estudos da língua(gem)**: Michel Pêcheux e a Análise do Discurso / Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. n. 1 (Junho de 2005), Vitória da Conquista: Edições UESB, 2005, p. 31-40

CORRÊA, João Guilherme de Souza. Relação Marxismo e ciência: Luta de classes, superação da filosofia e emancipação humana. Em **Debat: Rev. Dig.**, ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 3, p. 120-134, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/21327/0?msckid=ea7bff81aefc11ecbe47474a4b29668a>. Acesso em 28 de março de 2022.

COURTINE Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Tradutores Nilton Milanez, Carlos Piovezan Filho – São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. **Polifonia**, Cuiabá, edufmt v. 12 n. 2 p. 1-13, 2006. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1067>. Acesso em 06 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Revista Policromias**. Junho/2016.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Pêcheux, nossa bússola inspiradora. In: **A Análise do discurso e sua história**: avanços e perspectivas. / Evandra Grigoletto e Fabiele Stockmans Di Nardi (organizadoras) - Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

\_\_\_\_\_. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 28p.

FLORÊNCIO, Tatiana Magalhães. O acontecimento discursivo no discurso educacional de Lula: novos sentidos de público irrompem no Brasil. In: Maria do Socorro A. de O. Cavalcante. **Linguagem, discurso, ideologia**: a materialidade dos sentidos. Maceió: Edufal, 2017.

FONSECA et al. Ideologia, discurso revolução: a radicalidade da proposta pecheuxtiana. In: **Análise de discurso e materialismos**: prática política e materialidades. Fábio Ramos Barbosa Filho e Lauro José Siqueira Baldini (Organizadores). Campinas SP, Pontes editores, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes Necessários à Prática Educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GISLON, Daniela Varnier. Discurso, política e poder: o negacionismo na pandemia de covid-19 no Brasil. **Dissertação de Mestrado**, Santa Catarina, 2022.

GRIGOLETTO, Evandra. O discurso de divulgação científica; um espaço discursivo intervalar. **Tese de Doutorado**, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_; DE NARDI, Fabiele Stockmans (Org) **A Análise do discurso e sua história** : avanços e perspectivas. Campinas, SP : Pontes Editores, 2016.

HAROCHE, CI; HENRI, P. E PÊCHEUX, M. **La sémantique et la coupure saussuriense**: langue, langage, discours. In: Langages n° 24. Paris: Didier/Larousse, 1971.

HELENE, Otaviano. Future-se apenas mais um golpe? In: **Future-se? Impasses e perigos à educação superior pública brasileira.** / - Salomão Ximenes e Fernando Cássio (organizadores). - Santo André, SP: Fórum Permanente de Políticas Educacionais da UFABC: Universidade Federal do ABC, 2019.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução A. obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997. p.13-38.

INDURSKY, F. Formação discursiva: essa noção ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, F. & FERREIRA, M. C. L. **Análise do discurso no Brasil:** mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

\_\_\_\_\_. Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade. In: **A Análise do discurso e sua história:** avanços e perspectivas. / Evandra Grigoletto e Fabiele Stockmans Di Nardi (organizadoras) - Campinas, SP : Pontes Editores, 2016.

\_\_\_\_\_. AAD-69 - O marco histórico de um discurso fundador. **Líng. e Instrum. Linguíst.**, Campinas, SP, n. 44, p. 157-173, jul./dez. 2019

LAGAZZI Suzy. A noção de materialidade na prática analítica discursiva. In: **Análise de discurso e materialismos:** prática política e materialidades. Fábio Ramos Barbosa Filho e Lauro José Siqueira Baldini (Organizadores). Campinas SP, Pontes editores, 2018.

LEHER, Roberto. **Uma etapa crucial da contrarreforma.** Le Monde Diplomatique – Brasil, 3 de novembro de 2016, p. 6-7).

\_\_\_\_\_. **Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária.** RJ/ Set./Dez. 2008 v. 13 n. 39 Revista Brasileira de Educação ANPED.

\_\_\_\_\_. GIOLO, Jaime Giolo; SGUISSARDI, Valdemar. **Future-se:** ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado / Jaime Giolo, Roberto Leher, Valdemar Sguissardi; ilustrado por Rafael Leme. - São Carlos, SP : Diagrama Editorial, 2020

LUKÁCS, György. **A Destruição da Razão** / Georg Lukács ; tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes ; revisão de Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes. – São Paulo : Instituto Lukács, 2020.

\_\_\_\_\_. **El asalto a la razón** [tradução de Wenceslao Roces]. – 3ª ed. – Barcelona, México, D.F. : Grijalbo, 1972.

\_\_\_\_\_. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas.** São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

\_\_\_\_\_. **Per una ontologia dell'essere sociale.** Trad. Mimeo. de Ivo Tonet. Roma: Riuniti, 1981

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGALHÃES, Belmira; MORAES Andrea. Sujeito: trabalho, linguagem, discurso. In: **Linguagem, discurso e ideologia:** a materialidade dos sentidos – Maceió: Edufal, 2017

\_\_\_\_\_. A crise estrutural do capitalismo e o irracionalismo. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 14, n. 22, p. 81-91, jul-dez. 2019.

MALDIDIER, DENISE. **A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje**. traduzido por Eni Orlandi. CAMPINAS: EDITORA PONTES, 2003.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira - Vol 17 (Suplemento 3)** 2002.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Vol. 1, Livro Primeiro, O Processo de Produção do Capital, Tomo 1. In: SINGER, Paul (coord.). **Os Economistas**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

MASSMANN Débora; MASSMANN Patrícia. Reflexões sobre o “mito” da cegueira ou a construção de uma “política da crise”. **Crítica Cultural**, Palhoça, SC, v. 14, n. 2, p. 183-191, jul./dez. 2019.

MATHEUS, Dácio Roberto. O future-se e as ameaças à autonomia universitária e ao debate democrático das políticas públicas. In: Salomão Ximenes e Fernando Cássio (organizadores). **Future-se? Impasses e perigos à educação superior pública brasileira**. - Santo André, SP: Fórum Permanente de Políticas Educacionais da UFABC: Universidade Federal do ABC, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2002.

MOREIRA, Luciano Accioly Lemos. Linguagem, discurso e ideologia: a materialidade histórica e social dos sentidos. In: **Linguagem, discurso e ideologia: a materialidade dos sentidos** – Maceió: Edufal, 2017.

NARZETTI, Claudiana Nair Photin. A formação do projeto teórico de Michel Pêcheux: de uma teoria geral das ideologias à Análise do Discurso. **Dissertação de Mestrado**, 2008.

NETTO, José Paulo. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

NETO, Arthur Bispo. **Universidade, ciência e violência de classe**, 2014 (terminar)

NOGUEIRA, Luciana; CESTARI, Mariana Jafet. Análise de discurso e militância política. In: **Análise de discurso e materialismos: prática política e materialidades**. Fábio Ramos Barbosa Filho e Lauro José Siqueira Baldini (Organizadores). Campinas SP, Pontes editores, 2018.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, S.; ORLANDI, E. **Discurso e Textualidade**. 2. ed. Campinas- SP: Pontes, 2010.

\_\_\_\_\_. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **RUA**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p.35–47, 2005. DOI:10.20396/rua.v1i1.8638914. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638914>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**.- no movimento dos sentidos. Campinas, S. R: Editora da Unicamp, 1995, 189 págs.

\_\_\_\_\_. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. – 5ª Edição , Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso - 2. ed. rev. e um. - Campinas, SP : Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto:** Formação e Circulação dos Sentidos. 3ª edição. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise:** sujeitos, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso.** Campinas: Pontes, 2014.

\_\_\_\_\_. FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997 [1975]. p. 163-252

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória. Tradução e introdução** José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O discurso:** estrutura ou acontecimento; tradução: Eni orlandi – 6ª Edição, Campinas, SP Pontes Editores, 2012.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência:** a ciência moderna / Carlos Augusto de Proença. – 2. ed. – Brasília : FUNAG, 2012.

SAMPAIO, H.. "**O setor privado de ensino superior no Brasil:** continuidades e transformações". Ensino Superior Unicamp, v. Ano 2, p. 28-43, 2011.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Discurso, velhice e classes sociais:** a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentido na processualidade histórica. Maceió: EDUFAL, 2007

\_\_\_\_\_. et. al. **Análise do discurso: fundamentos & práticas** – Maceió: Edufal, 2016.

\_\_\_\_\_. Michel Pêcheux e a crítica ao capitalismo: “É preciso ousar se revoltar”. In: **A Análise do discurso e sua história:** avanços e perspectivas. / Evandra Grigoletto e Fabiele Stockmans Di Nardi (organizadoras) - Campinas, SP : Pontes Editores, 2016.

\_\_\_\_\_. Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do discurso. In: **Análise de discurso e materialismos:** prática política e materialidades. Fábio Ramos Barbosa Filho e Lauro José Siqueira Baldini (Organizadores). Campinas SP, Pontes editores, 2018.

\_\_\_\_\_. Crise econômica e capitalismo: sob o olhar da teoria materialista do discurso. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro et al. **Teorias da Análise do Discurso:** contribuições de Michel Pêcheux e Teun van Dijk à pesquisa social. Gleny Terezinha Duro Guimarães, Maria Cristina Leandro-Ferreira e Marlúbia Corrêa de Paula (orgs). Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2022

\_\_\_\_\_. ; MAGALHÃES, Belmira. Materialidades discursivas e o funcionamento da ideologia e do inconsciente na produção de sentidos. **Gragoatá.** Niterói, n. 34, p. 95-111, 1. sem. 2013.

SILVA, Valéria Moreira. Humor e crítica: uma análise linguístico-discursiva das charges que retrataram o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. **Dissertação de Mestrado**, Maceió, 2019

TASCHNER, N P; ORSI, C. **Contra a realidade**: A negação da ciência, suas causas e consequências. 1. ed. Campinas: Papyrus 7 Mares, 2021.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani [et al]. **Silêncio e interdito**: discursos em movimento. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

\_\_\_\_\_; Anderson P. C. O Papa Francisco na mídia: política, ideologia e cinismo. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 26, n.42, p. 01-187, abril-junho, 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. (1987) **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio** – revista on-line de educação e ciências humanas n. 12, Ano VI, out./2010.

VOESE, Ingo. **Análise do Discurso e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção aprender e ensinar com textos) v. 13.

ZANDWAIS, Ana; ROMÃO Lucília Maria Sousa. **Leituras do político** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia** . Trad. Paulo César Catanheira. São Paulo: Boitempo, 1996.